

GERMANISMO E NACIONALIZAÇÃO EM SANTA CRUZ DO SUL, RS*

*Olgário Paulo Vogt***

Introdução

O Estado brasileiro promoveu, a partir de 1824, a ocupação e o povoamento de extensas áreas da região sul do Brasil. Para tanto, incentivou a vinda de imigrantes europeus e a criação de colônias agrícolas principalmente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Milhares de camponeses expropriados e de proletários urbanos de origem alemã, italiana, polonesa e de outros grupos étnicos, fugindo da miséria e das precárias condições de vida e de trabalho então existentes em sua terra natal, vieram aqui se estabelecer como pequenos produtores rurais, tornando-se donos dos meios objetivos (terra e ferramentas de trabalho) e subjetivos (a subsistência) de produção.

Vários são os fatores que podem ser apontados como responsáveis pelo favorecimento da organização comunitária relativamente autônoma de uma série de núcleos de imigrantes e de seus descendentes em território brasileiro. Entre esses, merecem destaque: a) a concentração de grupos étnicos em áreas geográficas relativamente isoladas; b) a inexistência de políticas públicas estatais voltadas para o atendimento das necessidades mais prementes dos colonos, notadamente no que se refere à educação e à assistência religiosa; c) a ênfase dada, por esses núcleos coloniais, à organização associativa, o que está presente notadamente entre os de descendência germânica.

Além desses fatores endógenos, motivadores exógenos, ligados aos interesses econômicos da pátria de origem dos emigrados, também incidiram, em diferentes momentos e com intensidade variada, sobre as regiões coloniais. Esses motivadores funcionaram como inibidores da integração

* O presente trabalho é um dos resultantes da pesquisa desenvolvida no projeto **História Política de Santa Cruz do Sul: cultura política, identidade e personagens influentes**, que contou com o incentivo do Fundo de Apoio à Pesquisa da UNISC. Texto publicado na revista *Agora*, Santa Cruz do Sul, v.7, n.2 p. 49-92, jul. dez. 2001 e com o título *Imperialismo: a face oculta do germanismo*. In: Centro de Estudos Marxistas. *As portas de Tebas: ensaios de interpretação marxista*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 67-111.

dos recém-chegados e das gerações deles derivados com a escassa população brasileira já existente nesses espaços. Assim, o uso cotidiano da língua materna, a alfabetização no idioma dos antepassados, os valores veiculados pela religião, a leitura de publicações no vernáculo de origem e o associativismo existente em proporções variadas em todas as regiões coloniais, ensejaram o desenvolvimento de uma identidade étnica e cultural que se perpetuou por algumas gerações. Como decorrência, entre os alemães e descendentes passou-se a cultivar o *Deutschtum* (germanismo); entre os imigrantes italianos desenvolveu-se o *italianità*; os poloneses fizeram vir à tona, no Brasil, seu ideal de *polinidade* e os imigrantes japoneses o de *niponicidade*.¹

No que se refere especificamente aos redutos formados pela população de origem germânica, eles se transformaram, a partir do último quartel do século XIX, em verdadeiro paradigma de “enquistamento étnico”. O expressivo contingente populacional aí existente, a importância da imprensa e as manifestações cada vez mais intensas e ostensivas de germanidade deram a essas áreas uma visibilidade singular. O combate a esses quistos e a defesa da assimilação e do caldeamento das etnias passaram, então, a ser exercidos por intelectuais e políticos brasileiros. Segundo eles, o abrasileiramento desses “guetos estrangeiros” seria a melhor forma de combater o *perigo alemão*. O *perigo alemão* consistiu em um real ou hipotético patrocínio, por parte do imperialismo germânico, a uma secessão de territórios do Brasil meridional, que deveriam ficar como área de influência econômica ou de dominação direta da Alemanha.

Entre os intelectuais preocupados em refletir sobre a sociedade brasileira e os problemas que ela enfrentava para se constituir numa nação civilizada, destacaram-se inicialmente os defensores da tese do branqueamento da raça brasileira. Sylvio Romero, Romário Martins e Oliveira Vianna são alguns dos pensadores que se dedicaram à temática do imigrante alemão e do imigrante em geral.² O combate aos “quistos estrangeiros” e a defesa da assimilação e do caldeamento das etnias, por eles preconizados, visavam, por um lado, o abrasileiramento dos “guetos”, e, de outro, o branqueamento do homem nacional. A partir da década de 30 surge uma nova visão sobre a mestiçagem. O ideal do branqueamento dá lugar à positividade do mestiço, o que é ressaltado sobretudo por Gilberto Freyre.

** Mestre em História do Brasil pela UFPr, doutorando em Desenvolvimento Regional pela UNISC e professor de História da Universidade de Santa Cruz do Sul.

¹ SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 208.

² Ver a respeito as obras de: ROMÉRO, Sylvio. *O allemanismo no Sul do Brasil; seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro & C. 1906; MARTINS, Romário. *O Paraná antigo e moderno*. Curitiba: Typografia da Livraria Economia, 1900; VIANNA, Oliveira. *Ensaio inédito*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

Já no romance, a figura do imigrante e da preservação do ideal germânico transparece nas tramas de escritores como Graça Aranha, Mário de Andrade e Viana Moog.³

No presente texto, objetiva-se tecer algumas considerações a respeito da preservação de valores culturais e da repressão a esses valores entre minorias de ascendência alemã no sul do Brasil. Para tanto, toma-se por base acontecimentos ocorridos no município de Santa Cruz do Sul, RS, durante a campanha de nacionalização. Nessa localidade, os descendentes de imigrantes alemães formavam a absoluta maioria da população, constituindo-se, portanto, em um grupo social etnicamente quase homogêneo. Aí se empregava o alemão corriqueiramente em quase todas as atividades sociais, culturais, religiosas e até econômicas. O uso da língua era mais intenso no interior do município do que na cidade, onde já era maior o número de pessoas que dominavam o português. Em distritos do interior, como Sinimbu, Trombudo e Monte Alverne, o dialeto alemão era praticamente a única língua falada.⁴ Quando paulatinamente foi imposto o exclusivo uso da língua portuguesa em escolas, cultos, repartições públicas, reuniões sociais, vias públicas e até mesmo nos domicílios, a rotina de seus moradores passou a sofrer alterações significativas.

A colonização de Santa Cruz

No RS, imigrantes de diferentes etnias foram instalados em áreas que haviam sido inicialmente desprezadas pela atividade de criação de gado⁵. Na depressão do rio Jacuí, aos pés e nos contrafortes da Serra Geral, por iniciativa do governo provincial, foram criadas, em meados do século XIX, três colônias de migrantes alemães. Incrustada no território do município de Rio Pardo surgiu, em 1849, Santa Cruz. A colônia Santo Ângelo, em Cachoeira do Sul, foi instalada em 1857. Finalmente, Monte Alverne, localizada a norte da colônia de Santa Cruz, foi fundada em 1859 em terras então sob a jurisdição de Taquari.⁶

No entorno desses empreendimentos oficiais apareceu um grande número de colônias particulares, que se estenderam pela encosta do Planalto em terras de topografia acidentada cobertas

³ ARANHA, Graça. *Canaã*. ; ANDRADE, Mário de. *Amar, verbo intransitivo*; MOOG, Viana. *Um rio imita o Reno*. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1966.

⁴ KIPPER, Maria Hoppe. A nacionalização em Santa Cruz do Sul. In: MÜLLER, Telmo (org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 121.

⁵ SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1968. p. 156.

⁶ ROCHE Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 109 e 110.

por densas florestas. Assim, transcorridas algumas décadas, os descendentes de imigrantes alemães espalharam-se por uma vasta região que ia de Agudo até o vale do rio Taquari. Ali podiam ser encontrados nos pequenos núcleos urbanos que surgiam ou labutando em suas glebas, onde, mediante a intensiva utilização da força de trabalho familiar, obtinham produtos agrícolas para sua subsistência e para o mercado.

No que se refere especificamente à Colônia de Santa Cruz, a ela coube a primazia de ser fundada e gerida pela Província de São Pedro. Seus primeiros colonizadores, chegados a partir de 19 de dezembro de 1849, foram assentados às margens da recém aberta Estrada de Cima da Serra, caminho que deveria ligar o entreposto comercial de Rio Pardo com os campos de gado localizados no planalto.⁷ De acordo com a legislação vigente, os imigrantes deveriam tirar seu sustento dos lotes que lhes tinham sido concedidos, estando expressamente proibidos de se valerem da força de trabalho escrava. Sucessivas levas de imigrantes alemães afluíram a Santa Cruz, o que ocasionou, juntamente com o crescimento vegetativo e a migração interna, um considerável aumento de sua população.

Tabela 1: População de Santa Cruz (1850 – 1878)

<i>Ano</i>	<i>Habitantes</i>
1850	72
1852	254
1854	891
1856	1.451
1858	2.221
1860	2.886
1862	3.767
1864	3.915
1866	4.794

Fonte: Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Enquanto a área colonial, que havia iniciado na Picada Velha, desenvolvia-se, inclusive com a abertura de novas linhas, iniciaram-se, em 1854, os trabalhos de demarcação e medição da povoação. Aí seriam centralizadas as principais atividades econômicas, administrativas e sociais da Colônia. Graças ao desenvolvimento social e econômico alcançado, em 1859 o povoado de São João de Santa Cruz foi elevado à categoria de freguesia; em 1878, com a instalação da Câmara Municipal, transformou-se em sede do município; por fim, em 1905, passou à condição de cidade.

⁷ MENEZES, João Bittencourt. *Município de Santa Cruz*. Santa Cruz: Lamberts & Riedl, (1914). p. 4.

Foram inúmeras as dificuldades com as quais os imigrantes inicialmente se depararam na Colônia. Procedentes da temperada Europa, os alemães vinham completamente iludidos quanto ao tipo de vida que teriam no Sul do Brasil. Na Alemanha, a propaganda, feita pelos agentes responsáveis por angariar voluntários para os núcleos coloniais, afirmava existir um verdadeiro paraíso subtropical no Brasil, onde todos poderiam satisfazer seu sonho de ser proprietário de terras. O desconhecimento de como lidar com a floresta, o descumprimento de promessas por parte do governo provincial, a falta de dinheiro, ferramentas de trabalho e alimentação, o abandono e o isolamento que sentiram quando largados em frente ao seu inculto e inexplorado lote, tudo isso desesperou muitos dos recém-chegados. O sentimento de saudade das pessoas e das coisas da terra natal afluía diante das adversidades. Não existindo a possibilidade de regresso, em função das precárias condições materiais de existência dos imigrados, trabalhar era a única alternativa possível.

A maioria no início fica sem saber o que fazer, e querem desanimar quando as mãos estão feridas e cheias de bolhas. Mesmo assim é preciso continuar o trabalho, por mais que aperte a dor. Não há outra alternativa para o indefeso colono senão minimizar o sofrimento e trabalhar, trabalhar e novamente trabalhar, até que a primeira roça esteja queimada e plantada e a primeira choupana erguida, de maneira que se possa pela primeira vez dormir sobre (sic) telhado próprio.⁸

Passada a primeira etapa, que foi a da adaptação ao meio, derrubada da mata, construção de uma choupana e plantação e cultivo dos primeiros roçados, surgiram novas demandas. Prover as diferentes picadas com escolas, lidar com o desamparo da população no que se refere à saúde, satisfazer os reclamos relacionados à assistência religiosa e melhorar as vias para o escoamento da produção agrícola obtida. Essas passaram a ser tarefas que, dada a omissão do poder público, tiveram que ser assumidas pelos próprios moradores.

Uma das preocupações dos colonos dizia respeito ao aprendizado escolar dos filhos. A alfabetização era importante não somente para que os evangélicos pudessem interpretar livremente a Bíblia, mas era buscada também pelos católicos que da Renânia haviam trazido uma tradição escolar. Estando a Província impossibilitada ou desinteressada na implantação de escolas públicas, uma rede de colégios, onde as crianças eram alfabetizadas em alemão, proliferou nas regiões coloniais. Inicialmente surgiram as escolas domésticas, onde os alunos eram confiados a uma pessoa mais estudada e esclarecida, preferencialmente mais idosa ou incapaz de cultivar a terra, que

⁸ UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre:m São Lourenço de Brindes, 1981. p. 62 e 63.

ensinava noções de escrita, leitura e cálculo.⁹ Mais tarde, apareceram as escolas privadas comunitárias, de orientação católica ou evangélica, mantidas e sustentadas financeiramente pelos próprios moradores. Nelas, invariavelmente, o ensino era ministrado no idioma alemão.

João Roque Moreira Gomes, inspetor de instrução pública da 3ª Região Escolar, apontou, em seu relatório de 1909, ser *avultado o número de escolas particulares no município de Santa Cruz, sendo que apenas em duas se ministra, aos alunos, algumas noções de português*.¹⁰ O programa de ensino das escolas particulares, segundo o técnico, cingia-se apenas ao ensino cuidadoso e desenvolvido da língua alemã e da aritmética, a algumas noções de geografia e, nas escolas católicas, à doutrina cristã. As crianças pouco podiam estudar, pois, ao voltar da escola, iam trabalhar na roça, de onde retornavam à noite.¹¹

Em 1922, existiam em Santa Cruz 34 escolas comunitárias católicas alemãs, que atendiam a 1.419 alunos, e 21 educandários comunitários evangélicos, freqüentados por 857 estudantes. Além desses, no mesmo ano, havia ainda 5 escolas independentes, onde as aulas eram ministradas para 170 crianças, e um colégio de adeptos do Sínodo de Missouri que assistia 54 alunos.¹²

O desamparo da localidade em termos de saúde também foi grande. Avé-Lallemant, em 1858, quando de sua passagem pela Colônia, fez o seguinte relato sobre a questão: *Encontrei também doentes, ajudei-os tanto quanto pude e prometi visitar alguns ao passar pelas picadas. Vive essa pobre gente tão longe de qualquer socorro médico, que temos de ajudá-la de qualquer forma, por pouco que se possa fazer numa única visita*.¹³

Nos primeiros tempos, o socorro médico era obtido na cidade de Rio Pardo. A partir do ano de 1859, um médico alemão passou a atender aos doentes de Santa Cruz.¹⁴ Mais tarde outros profissionais de medicina, a maioria alemães natos, passaram a assistir os habitantes do município. Em 1908, foi inaugurado o primeiro hospital da cidade¹⁵. Posteriormente, às expensas das

⁹ Verband Deutscher Vereine. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924*. Tradução de Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999. p. 466.

¹⁰ Relatório ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Manoel Pacheco Prates M. D. Inspector Geral da Instrução Pública pelo Inspetor da 3ª Região Escolar João Roque Moreira Gomes. Novembro de 1909. p. 8.

¹¹ Ibidem p. 8.

¹² Verband Deutscher Vereine, op. cit. p. 469-504.

¹³ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 174.

¹⁴ MARTIN, Hardy Elmiro. *Santa Cruz do Sul: de colônia a freguesia, 1849-1859*. Santa Cruz do Sul, APESC, 1979. p. 123

¹⁵ GUIEHL, João Walter. *A debilitação da saúde e o surgimento do primeiro hospital geral em Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: mimeog.. 10p. Fala proferida no Terceiro Ciclo de Palestras sobre Santa Cruz do Sul, ocorrida de 20 a 23 de outubro de 1986.

respectivas comunidades, surgiram hospitais nos distritos de Monte Alverne, Sinimbu, Trombudo, Vila Tereza e um segundo no núcleo urbano de Santa Cruz

A assistência religiosa era outro drama: ineficiente para os católicos; inexistente para os luteranos.

O professor Jorge Luiz da Cunha¹⁶, tomando por base os dados da comissão de recadastramento dos lotes coloniais chefiada por Carlos Trein Filho, constituída para possibilitar a regularização fundiária das glebas de terra das ex-colônias de Santa Cruz e Monte Alverne, chegou aos seguintes números para o ano de 1879: para uma população total de 5.053 habitantes dos lotes recadastrados, havia 2.683 pessoas do sexo masculino e 2.370 do feminino. Nascidos em territórios que deram origem à Alemanha em 1871, havia 1.460 pessoas, contra 3.593 nascidas no Brasil. Portanto os teuto-descendentes, que vieram à luz na própria Colônia, representavam, em 1879, 71% dos habitantes da área levantada. Dos nascidos na Europa, 90,53% eram originários do reino da Prússia: 42,53% naturais da Pomerânia; 37,88% da Renânia; 4,46% da Prússia Ocidental e Oriental; 3,57% da Silésia; 1,65% da Westfália e 0,14% de Brandenburgo. Apenas 8,92 % haviam nascido em outros Estados alemães e 0,55% eram naturais de outros países.¹⁷

Ainda que originários da Alemanha, não se pode afirmar ter havido uma homogeneidade de origem territorial e muito menos cultural dos imigrantes. Isso porque, em finais do século XIX, ocorreu uma “prussianização” da Alemanha. Grosso modo, uma região foi nacionalizada. Isso não significa afirmar, entretanto, que as identidades regionais foram eliminadas. Os imigrantes e seus descendentes possuíam marcantes diferenças culturais no que se refere a língua, credo religioso, hábitos e costumes. Ou conforme frisa Erneldo Schallenberger, os sujeitos sociais reduzidos sob o conceito de teuto-brasileiros apresentavam, na realidade, divergências políticas, diversidade profissional, diferenças de credo e distintas visões de mundo.¹⁸

No que concerne à religião, a pesquisa de Cunha¹⁹ apurou que 456 famílias (67,36% do total) eram protestantes, 210 (31,3%) católicas, existindo apenas 11 (1,62%) de famílias mistas. Os luteranos predominavam entre as famílias cujos chefes de domicílios eram naturais da Pomerânia,

¹⁶ CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz e a fomicultura*: Santa Cruz do Sul; Rio Grande do Sul – 1849/1881. Curitiba: UFPr, 1988 (Dissertação de Mestrado em História do Brasil).

¹⁷ Ibidem p. 120 e 121.

¹⁸ SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no Sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização e o desenvolvimento social Sul-brasileiro*. 2001. 593 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2001. p. 232.

¹⁹ Cunha, op cit. p. 126 e 127.

onde a esmagadora maioria da população era evangélica. Na Colônia, o percentual de protestantes entre os pomeranos atingia a impressionante marca de 98,39%, ou seja, 245 famílias, contra apenas 4 (1,6%) de famílias católicas. Entre os chefes de domicílios oriundos da Renânia predominavam os católicos, que eram oriundos especialmente da região do Hunsrück.

A religião dos imigrantes foi levada em consideração por ocasião da distribuição dos lotes nas linhas coloniais, tendo os colonos de um mesmo credo procurado se agrupar por vizinhança.

De acordo com Lúcio Kreutz,²⁰ no Hunsrück, região montanhosa, subdividida em pequenas propriedades camponesas e com tradição católica milenar, floresceu o Romantismo e a Restauração Católica. Esse movimento articulou as forças religiosas em oposição ao liberalismo e ao capitalismo, chegando a adotar posições contrárias às nacionalidades. A Restauração, com seus princípios retrógrados, centralizadores, hierarquizados e autoritários, condenava o mundo novo e seus valores e buscava a reafirmação clerical católica. Sua ação fez vicejar colégios religiosos, organizações assistenciais, congregações religiosas, publicações e estimulou a associação sob a inspiração católica. A força mais combativa do movimento era a Companhia de Jesus.²¹

Os jesuítas acabaram por entrar em choque com o movimento da *Aufklaerung* (ilustração), mais identificada com os postulados do protestantismo, que era particularmente forte na autoritária Prússia de Bismarck, onde tomou feições anticlericais, rejeitando a monarquia de direito divino e a supremacia das Igrejas. A oposição à Igreja Católica, mais especificamente aos padres jesuítas, ficou conhecida como *Kulturkampf*, uma expressão regional prussiana da *Aufklaerung*. Após a criação do império alemão, o campo de ação da Igreja Católica acabou sendo limitado pelo Estado e a expulsão dos jesuítas tornou-se possível por uma mera ordem policial. *Expulsos da Alemanha, boa parte dos jesuítas foi trabalhar junto à colonização alemã no Rio Grande do Sul, onde assumiram todo um projeto de atividades religiosas e sociais*²².

Nos primeiros anos de colonização de Santa Cruz as divergências entre católicos e evangélicos praticamente não existiram. Os conflitos religiosos começaram a surgir na medida em que pastores e padres provenientes da Alemanha chegaram à região. A pregação antiprotestante, efetuada pelos jesuítas, foi uma das grandes responsáveis pela divisão da sociedade, impedindo muitos namoros e casamentos mistos, provocando discórdias entre famílias e reforçando o

²⁰ KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991. p. 19-35.

²¹ Sobre a origem do associativismo cristão na região do Hunsrück ver especialmente o capítulo I, p. 42-97, da tese de doutoramento de Schallenberger, op. cit.

agrupamento por afinidade de credo praticado. Como destaca Müller, *um casamento misto, antigamente era quase um dilúvio. Às vezes chegava a sê-lo. Houve casos de pais católicos considerarem mortos o filho ou a filha que tivesse casado na Igreja Evangélica.*²³

Essa divisão dos moradores de acordo com o credo religioso era mantida mesmo após a morte. Em muitos dos cemitérios existentes na região percebe-se a existência de uma segregação espacial em que as sepulturas de católicos localizam-se de um lado e as de protestantes de outro lado do “campo santo”.

Silvana Krause²⁴ inspirou-se no modelo teórico weberiano²⁵ da ética protestante no desenvolvimento do espírito capitalista e foi identificar a filiação religiosa dos empresários existentes em Santa Cruz em diferentes épocas da República Velha. Constatou não apenas a predominância, mas também um domínio dos empresários evangélicos luteranos no que diz respeito à concentração de capital, bem como de um indicativo de maior produtividade das empresas pertencentes a luteranos.²⁶

A devoção e o zelo religioso dos teutos e de seus descendentes colaboraram para a preservação da germanidade. Os luteranos, que até a proclamação da República viveram numa pátria em que a religião oficial era a católica, professavam todos os rituais do seu credo na língua germânica, idioma em que também eram editados a bíblia e os hinários. O alemão era a língua oficial do ritual dos luteranos do Sínodo, assim como o latim foi a língua ritual e oficial da Igreja Católica Apostólica Romana.²⁷ Mesmo os católicos, ao buscarem padres alemães para atender as paróquias, ao estudarem no catecismo em alemão, ao entoarem cânticos no vernáculo e na medida em que os párocos pregavam seus sermões em alemão, ajudaram a conservar a língua dos antepassados.

Além de erguer e manter templos e hospitais, de construir e prover escolas, muitas vezes os colonos ainda se viram obrigados a abrir e manter as precárias vias de escoamento da produção. Não sendo Santa Cruz banhada por rio navegável, os gêneros aí produzidos tinham que percorrer

²² Kreutz, op cit p. 35.

²³ MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã – 160 anos de história*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Editora da UCS, 1984. p. 27.

²⁴ KRAUSE, Silvana. *Economia, política e religião em Santa Cruz do Sul na República Velha*. Porto Alegre: UFRGS, 1991 (Dissertação de Mestrado em Ciência Política).

²⁵ WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.

²⁶ Krause, op. cit. p. 209-219.

²⁷ RAMBO, Arthur Blásio. Nacionalização e ação policial no Estado Novo. *Estudos Leopoldenses*. v. 1, n.1. 1997, p. 154.

cerca de 40 km para atingir o rio Jacuí. Daí os produtos seguiam a Porto Alegre, onde eram transacionados por comerciantes teutos. As péssimas estradas elevavam, por um lado, o valor do frete e achatavam os preços das mercadorias vendidas pelos colonos; por outro lado, condenavam a região a um semi-isolamento, muito mais social do que geográfico. Somente em 1905 Santa Cruz foi conectada à via férrea Porto Alegre/Uruguaiana, através de um ramal ferroviário que ligou a cidade com Rio Pardo.²⁸ Mas foi apenas no final da década de 1960 que passou a ser servida por uma estrada pavimentada, o que a aproximou de outras regiões do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, como já assinalara Seyferth em uma análise mais macro da questão, a concentração de imigrantes e descendentes de alemães – como ocorreu em Santa Cruz – culminou numa organização comunitária própria, necessária em função da omissão do Estado. A escola, a religião, e posteriormente as associações recreativas e culturais, possibilitaram a preservação da língua materna, pelo uso cotidiano que dela faziam. A organização comunitária, embora a princípio estivesse destituída de motivações étnicas, assumiu, no contexto do contato com outros grupos étnicos e culturais, sua germanidade. Foi nesse panorama, por exemplo, que a escola comunitária, criada para compensar a ausência do ensino primário público, transformou-se, com o passar do tempo, na “escola alemã”. *As instituições comunitárias, assim, serviram de base para a construção social da identidade étnica teuto-brasileira.*²⁹

O Germanismo

Germanismo é a tradução literal do vocábulo *Deutschtum*. É, de acordo com Gertz³⁰, uma ideologia, uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã.

As primeiras levas de imigrantes alemães que se radicaram no Rio Grande do Sul haviam deixado a Europa fundamentalmente por motivações econômicas, antes das guerras de unificação e da consumação do império alemão. Os contatos, através de correspondências, com amigos e parentes que haviam ficado no além-mar, eram práticas que podem ser consideradas como absolutamente normais e intrínsecas ao ser humano de qualquer etnia. Não era uma manifestação de

²⁸ Cfe. VOGT, Olgário Paulo. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. p. 68 e 69.

²⁹ Seyferth, (1999), op. cit. p. 204.

³⁰ GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: ED. UFRGS, 1991. p. 32.

desejo de retorno ao local de origem. Pelo contrário, as cartas funcionaram como poderoso veículo de atração de novos imigrantes. A possibilidade de regresso não era acalentada pelos colonos que, sob a ótica dos *Junker*, classe dirigente da Prússia, eram considerados como desertores e traidores. Bismarck teria inclusive sentenciado que *um alemão que despe sua pátria como um velho casaco, não é mais um alemão para mim, não tenho mais interesses de compatriota em relação a ele*.³¹ Mesmo que venerassem *o rei e seus emblemas, se neles havia algum sentimento patriótico, este estava associado à gleba e à aldeia, à sua família e vizinhos, e não a um amplo território a que chamassem de nação*.³² Quanto aos imigrantes chegados após 1871, quando da constituição do *Segundo Reich*, esses já traziam uma experiência de vivência de nação.

Uma das características das regiões de colonização alemã foi a tendência da população a se unir em sociedades ou associações com fins econômicos, esportivos, recreativos, culturais, beneficentes e de socorro mútuo. Predominaram numericamente aquelas identificadas com atividades culturais e desportivas.³³

Em Santa Cruz, os *Vereine* (sociedades) começaram a surgir assim que as primeiras dificuldades foram superadas e que as condições materiais de existência foram garantidas. Até 1875, havia relativamente poucas sociedades em funcionamento. Foi no período compreendido entre os dois últimos decênios do século XIX até a eclosão da I Guerra Mundial (1914) que elas proliferaram, tanto na sede como no interior do município. Entre as que tinham objetivos eminentemente culturais, destacavam-se os clubes de canto, música e leitura. Havia também grupos teatrais na cidade, sendo freqüentes os recitais de piano, de poesias alemãs e os concertos musicais. Ao passar pela cidade em 1904, Hemetério da Silveira faz menção a duas comédias teatrais, em alemão, a que assistira, enfatizando, ainda, que em determinadas zonas da localidade havia muitas famílias que desconheciam completamente a língua portuguesa.³⁴

Em 1924, o número de sociedades existentes em Santa Cruz certamente não era inferior a 97. No município vizinho, Venâncio Aires, nesse mesmo ano, havia 48 sociedades; em Taquara eram contabilizadas 24; em São Leopoldo, berço da colonização alemã no Estado, havia apenas 15;

³¹ DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Editora Sinodal; Porto Alegre: ESTSLB; Caxias do Sul: EDUSC, 1984. p. 43

³² MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998. p. 25.

³³ SEYFERTH, Giralda. *As associações recreativas nas regiões de colonização alemã no Sul do Brasil: Kultur e etnicidade*. *Travessia revista do migrante* – Publicação do Centro de Estudos Migratórios, n. 34, p. 24-28, mai. ago. 1999. p. 24.

8 eram encontradas em Montenegro; 7 em Lajeado; 19 em São Lourenço; 10 em Cerro Azul; 4 em Sobradinho; 7 em Santo Ângelo e 22 em Rio Pardo.³⁵

Dessa relação de 97 sociedades existentes em Santa Cruz, a grande maioria tinha finalidade recreativa. Eram sociedades de atiradores, de cavalaria, de damas, de canto e outras. Desse conjunto, destacavam-se as de cavalaria que representavam 1/3 do número total das associações existentes. Mas na região também proliferavam cooperativas de produtores rurais, uniões coloniais e caixas populares de poupança e crédito. Essa cultura associativa, contemporaneamente ainda presente em áreas povoadas por descendentes de imigrantes alemães e italianos do RS, se constituiria, segundo defendem alguns estudiosos, em um valioso “capital social” que predisporia os cidadãos dessas regiões a serem “mais cívicos”.³⁶

As sociedades de cavalaria, segundo a professora Maria Kipper, são características da vida social de Santa Cruz. Elas não se verificaram em outros locais de colonização germânica no RS.³⁷

As sociedades de cavalaria são um exemplo típico de como, nas regiões coloniais, não ocorreu uma simples transposição da cultura alemã. Aí surgiu, na realidade, uma cultura que pode ser denominada colonial. Ela reuniu e fundiu algumas tradições trazidas pelos imigrantes de diferentes regiões da Alemanha, metamorfoseou outras e incorporou e modificou traços culturais já existentes no Rio Grande do Sul.

Ao se tratar de sociedades de cavalaria, deve-se fazer a distinção entre os *Ulanos* e os *Stechvereine* (sociedades de lanceiros). O termo ulano vem do vocábulo polonês *oghlan* que significa homem jovem. Em sua origem histórica, o ulano é um soldado de Regimento de Cavalaria Ligeira que havia surgido na Polônia no século XVI. Posteriormente, batalhões semelhantes foram também introduzidos em outros exércitos da Europa. Na Prússia, os regimentos de ulanos foram criados em 1807. Até 1890, seus membros usavam lanças e sabres nos combates, passando, a partir dessa data, a usar também a pistola nos embates. Após a I Guerra Mundial desapareceram de todos

³⁴ SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979. p. 527 e 528.

³⁵ Verband Deutscher Vereine., op. cit. p. 348 a 360.

³⁶ Ver a respeito PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; BANDEIRA, Pedro Silveira. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F., BANDEIRA, Pedro S. *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 23-128.

³⁷ KIPPER, Maria Hoppe. *Sociedades de cavalaria em área de colonização alemã* (Santa Cruz do Sul – RS). São Leopoldo: mimeog., 1967. p. 19.

os exércitos. A túnica dos ulanos era denominada, na Europa, de *ulanka*, e o capacete de couro de *tschapka*.³⁸

Na Alemanha, de acordo com Kipper, inexistiam sociedades de cavalaria com finalidades desportivas. Para a autora, ex-soldados que haviam participado das guerras de unificação, *ao estabelecerem-se em colônias no Brasil, resolveram fundar sociedades de Cavalaria em moldes não guerreiros e sim desportivos que lhes permitissem não só recordar aspectos de sua vida passada no exército, como também exibir suas qualidades de cavaleiros e sua habilidade no manejo da lança*.³⁹

As sociedades de Ulanos do RS, que tinham finalidade desportiva, copiaram dos ulanos da cavalaria alemã sua organização, sua disciplina militar e a indumentária, que aqui sofreu ligeiras modificações. Os ulanos se caracterizavam e se distinguiam das sociedades de lanceiros por usarem uniformes mais vistosos e mais caros (aos moldes da cavalaria alemã), pela imponência dos cavalos brancos que possuíam e por realizarem desfiles e festas mais pomposas. No município em estudo, houve somente três sociedades de ulanos. Integrado pela elite da sociedade local, o Ulanenklub Santa Cruz, fundado em janeiro de 1885, desfilou garbosamente pelas ruas da cidade por mais de 50 anos e extinguiu-se somente em 1938.

Os *Stechvereine* (sociedades de lanceiros), portanto, podem ser consideradas como os primos-pobres dos ulanos. Tinham organização e finalidade quase idênticas às daqueles, porém seu exterior era menos luxuoso e pomposo.

O abandono das indumentárias seculares típicas das regiões de origem dos imigrantes, a adoção do chimarrão como bebida, o uso da farinha de milho, do arroz, do feijão preto, da mandioca, o hábito de se locomover a cavalo, são alguns dos elementos que sinalizam que os colonos tiveram que forjar para si novas regras de vida e de conduta. A própria língua falada, que cada vez mais foi se afastando do alemão (*Hochdeutsch*), também é outro exemplo disso. Os dialetos da Pomerânia e do Hunsrück, embora diferentes entre si, mesclaram-se. O próprio contato com os de origem luso-brasileira e a necessidade de designar novos objetos fez com que numerosos vocábulos e expressões híbridas, na realidade uma mistura de palavras portuguesas e alemãs, dessem origem a um linguajar típico na colônia, incompreensível mesmo para os cidadãos alemães.⁴⁰

Os núcleos de colonização germânica estabelecidos no sul da América Latina passaram a ser assediados, a partir do final do século XIX, pelo imperialismo alemão. Com a unificação da

³⁸ Ibidem p. 26.

³⁹ Ibidem p. 22.

⁴⁰ Ver a respeito WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1940.

Alemanha, criaram-se as condições indispensáveis para o desenvolvimento das forças produtivas do emergente capitalismo existente naquele país. O desenvolvimento retardado, mas extremamente rápido da sua indústria, possibilitou à Alemanha entrar no rol das seletas nações imperialistas. Entretanto, como decorrência de sua formação tardia, o império alemão havia chegado atrasado na corrida neocolonial pela partilha territorial do globo que se travava entre as maiores potências capitalistas da época.⁴¹

Após as guerras de unificação, sob a batuta de Bismarck, a política diplomática da Alemanha havia se centrado especialmente na manutenção do equilíbrio europeu e não na expansão colonial. Com a queda do chanceler alemão, em 20 de março de 1890, aumentaram as pressões de importantes grupos ligados a setores de ponta da economia alemã que propugnavam uma política mais arriscada, a *Weltpolitik*, para o império.⁴² Visando saciar seus apetites coloniais e obter novas esferas de influência, a Alemanha acabou chocando-se com os interesses de outras potências imperialistas. Essa competição encarniçada provocou uma série de conflitos entre as nações de capitalismo avançado e redundou na eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918).

No bojo da frenética necessidade de ampliar continuamente o seu mercado, os industriais alemães passaram a se interessar pelos conterrâneos emigrados de determinadas regiões. Assim, a população de ascendência germânica que vivia na porção meridional brasileira tornou-se alvo dos interesses econômicos do capital alemão. A preservação da língua e de elementos da cultura da pátria de origem passou, então, a ser estimulada por setores do governo, do empresariado e de entidades de cunho nacionalista da Alemanha. A manutenção de laços sentimentais dos emigrados e de seus descendentes com a terra natal foi considerada vital. Na concorrência com o imperialismo norte-americano e inglês, nessas áreas coloniais, os alemães poderiam usufruir um mercado quase cativo. Aí, através de relações comerciais desiguais e que lhes seriam altamente vantajosas, contariam com um estável mercado para desaguar produtos e para obter matérias-primas para sua indústria.

Dessa forma, a preservação da germanidade e a garantia de mercados para a indústria alemã passaram a ser a cara e a coroa da mesma moeda. Em função disso, núcleos coloniais teutos localizados nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, durante alguns

⁴¹ Ver a respeito LÊNIN, Vladimir Ilich. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

⁴² *Heute Deutschland, morgen die ganze Welt* (Hoje a Alemanha, amanhã o mundo inteiro), passou a ser o ditado nacionalista e imperialista alemão. Cfe. HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 440.

decênios, foram alvo de uma agressiva política de manutenção do *Deutschtum*, considerado imprescindível em função do processo de assimilação que já estava em curso entre os descendentes dos imigrantes.

Através da lei de emigração de 9 de junho de 1897, o governo da Alemanha assumiu oficialmente a adoção de uma política para os que deixavam o país. O regulamento passou a exigir o credenciamento dos agentes e das companhias colonizadoras e a especificar portos de desembarque para os navios envolvidos com o transporte dos que emigravam. O objetivo manifesto da política adotada era *preservar a germanidade entre os emigrados e tornar a emigração frutífera de acordo com os interesses da pátria, através de seu direcionamento a alvos apropriados*.⁴³

A política germanista, acompanhada da ideologia da superioridade racial ariana, voltou seus olhos especialmente para os emigrados alemães e seus descendentes do Brasil meridional. Por preservar a cultura alemã – língua, música, canto, credo luterano – essa parcela da população encontrava-se receptiva para o despertar do sentimento de pertencimento ao povo alemão. Dentre as estratégias adotadas para desenvolver o *Deutschtum* estavam: a subvenção de escolas alemãs; a contribuição financeira concedida à igreja luterana;⁴⁴ os incentivos dados pela União dos Católicos do Exterior para a manutenção do catolicismo e do germanismo;⁴⁵ o auxílio concedido a sociedades recreativas e culturais e suas filiações a ligas de sociedades alemãs no estrangeiro; a utilização do corpo diplomático alemão. Assim, forjando vínculos de apego, intimidade e solidariedade com a velha pátria, objetivavam, conforme apontado acima, dar à indústria alemã certamente um mercado cativo no Brasil.⁴⁶

Foi sobretudo entre a elite econômica e intelectual dos teuto-descendentes, formada por industriais, comerciantes, jornalistas, pastores e professores, que o germanismo fez seus maiores adeptos e divulgadores. Foi através desses segmentos sociais que os operários citadinos e os

⁴³ WIRTH, Lauri. Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração. *Fronteiras*, Florianópolis, n. 6, 1998. p. 34.

⁴⁴ Conforme demonstrado por Dreher, op. cit. p. 76-87, várias associações evangélicas alemãs auxiliaram seus irmãos de fé emigrados no Sul do Brasil, estabelecendo-se, assim, um vínculo umbilical entre o Sínodo Rio-Grandense e a Igreja-mãe alemã.

⁴⁵ Mantida pela *Caritas*, foi criada, em 1911, na cidade de Dresden, a União para os Católicos no Exterior. Essa organização nasceu com o propósito de manter o catolicismo e o germanismo em outros países. Para manter e aperfeiçoar a língua, os costumes, a cultura e a religião dos alemães do exterior, forneceu material de leitura; incentivou a criação de escolas e de bibliotecas; fomentou a criação de associações de caráter econômico. Cfe. Schallenberger, op. cit. p. 307.

⁴⁶ CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonization*. Ein Beitrag zur Geschichte der deutschbrasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914. Hamburgo: Universidade de Hamburgo, 1994 (Tese, Doutorado em História) p. 209.

trabalhadores da roça, em maior ou menor grau, travaram contato e viram-se atraídos por essa ideologia.

Vinculado ao germanismo, consolidou-se nessa mesma época, como expressão de uma identidade étnica, a categoria *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiro). Desde então o termo serviu para designar os imigrantes alemães e seus descendentes que vivem no Brasil. Sem negar, em absoluto, a cidadania brasileira, eles reivindicavam o direito a uma identidade cultural específica, particular. Partindo do pressuposto de que o Brasil, do ponto de vista étnico-cultural, era um estado pluralista, advogavam que cada grupo nacional deveria ter o direito de perpetuar seus costumes, valores morais e língua materna.⁴⁷ Essa concepção acabou batendo de frente com os postulados de intelectuais e homens do governo brasileiro, empenhados na construção do estado e da identidade nacional, que tinham no direito de solo e na assimilação seu fundamento básico.

Em Santa Cruz, quatro foram os meios utilizados para explorar o sentimento de pertença à etnia alemã: a imprensa teuto-brasileira, a escola comunitária alemã, a religião e as atividades desenvolvidas pelas diferentes sociedades. Esses meios desempenharam a função de veículos de (re)produção cultural.

Na localidade circulava, desde março de 1891, o jornal *Kolonie* que, excetuando o lapso de tempo que vai de outubro de 1917 a setembro de 1919, foi editado em alemão gótico ininterruptamente até 1941, ano de seu fechamento.⁴⁸ Além desse, outros jornais locais circularam por algum tempo entre os moradores, como o *Santa Cruz Anzeiger*, o *Fortschrift* e o *Volksstimme*. Essa imprensa periódica, apesar de ser independente e não receber subvenções de organismos do governo alemão, veiculava, juntamente com notícias locais, temas relacionados ao desenvolvimento da Alemanha e textos de literatos alemães e teuto-brasileiros. Muitos desses artigos e poesias veiculados enalteciam a identidade teuto-brasileira e faziam a apologia do germanismo.

O papel principal dessa imprensa, no entanto, foi o de auxiliar na preservação da língua, esteio básico da ideologia germanista. A burguesia e a classe média da cidade também liam impressos editados na capital do Estado – local em que se concentrava a elite pensante e militante do *Deutschtum* – entre os quais estavam a *Neue Deutsche Zeitung*, o *Deutsches Volksblatt*, bem como folhetos e almanaques religiosos como o *Riograndenser Sankt Marien Kalender*, o *Familienfreud*, o

⁴⁷ SEYFERTH, Giralda. Etnicidade e cultura: a constituição da identidade teuto-brasileira. <http://www.iacd.oas.org/Interamer/Interamerhtml/Zanur45html/Zar45Seyf.htm>. Data: 28/06/2001. p. 5.

⁴⁸ MARTIN, Hardy Elmiro. *Recortes do passado de Santa Cruz*. Organizado e atualizado por Olgário Paulo Vogt e Ana Carla Wünsch. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p. 141 a 144.

Sankt Paulus Blatt, o *Kalender für die Deutschen in Brasilien*.⁴⁹ Esses setores mais cultos, integrados por familiares de professores, pastores, padres, comerciantes, industriais, médicos, advogados, alfaiates, barbeiros e outros, também liam romances, poesias e outras obras escritas em alemão.

As incursões feitas para influir nas escolas de língua alemã, através de professores, material escolar e auxílios pecuniários, devem ter suscitado resultados positivos.⁵⁰ As escolas comunitárias foram, indiscutivelmente, agentes importantes que atuaram no sentido de represar a assimilação e a integração dos descendentes alemães. As aulas, ministradas, via de regra, no vernáculo alemão, por professores paroquiais ou pastores e a adoção de livros didáticos no idioma, prolongaram o uso exclusivo da língua entre parcela da população. Certamente em muitas das escolas também eram retransmitidos valores de identidade étnica entre os alemães do reino e os de fora.

A religião, como já anteriormente apontado, na medida em que adotou o culto e a pregação na língua alemã, contribuiu para a manutenção de uma homogeneidade lingüística. Os pregadores do Sínodo Riograndense (hoje Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), cujos pastores realizavam sua formação acadêmica ou seminarística na Alemanha, procuraram fortalecer a germanidade entre os adeptos da crença. Não faziam mais do que obedecer à sentença várias vezes publicada: *Kirche und Deutschtum sind auf Leben und Tod miteinander verbunden* (Igreja e germanidade estão ligadas entre si para a vida e para a morte).⁵¹ Quanto aos católicos, é preciso destacar a autonomia que a “Igreja da Imigração” teve diante da “Igreja Institucional”. Nela as congregações religiosas, entre as quais pode destacar-se a dos jesuítas, eram a força básica de atuação. Os membros dessas congregações obedeciam às ordens oriundas dos superiores das suas sedes, e não àquelas vindas da cúpula da “Igreja Institucionalizada”. Para evitar a “caboclicização” da população de ascendência germânica, muitos religiosos e leigos atuaram no sentido de preservar e estimular a germanidade, que foi considerada um elemento essencial não somente na atividade pastoral, mas também para a organização das comunidades.⁵² No que tange aos luteranos do Sínodo de Missouri, pouco numerosos em Santa Cruz, condenavam o *Deutschtum*: *Se alguém quer cultivar a germanidade, que vá para a Alemanha. Mas se continuar aqui e continuar apegado de todo o*

⁴⁹ KIPPER, Maria Hoppe. *A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979. p. 22.

⁵⁰ Dreher, op. cit. p. 45.

⁵¹ Ibidem p. 90

⁵² Schallenberger, op. cit. p. 172-186.

*coração a germanidade, então este cultivo do germanismo exclui o cultivo da brasilidade. Uma pessoa dessas comete pecado (...).*⁵³

As sociedades beneficentes, culturais e recreativas igualmente desempenharam importante papel na defesa da identidade étnica e cultural dos descendentes de imigrantes germânicos. Ali se falava habitualmente o alemão, língua em que também eram redigidos os estatutos e as atas das entidades. Sendo bastante ativas, desempenharam, do mesmo modo, uma função integradora local e regional, pois nos torneios, competições, festas e bailes realizados reuniam sociedades de várias comunidades. Algumas delas, visando à obtenção de auxílios financeiros ou de material esportivo, estavam filiadas a alguma federação de sociedades germânicas no exterior.⁵⁴

Além dos quatro meios acima apontados, não se pode deixar de mencionar o papel desempenhado pelos novos imigrantes, os alemães natos, que temporária ou definitivamente se radicavam na cidade. Como esses normalmente exerciam uma função como a de professor, pastor, médico, comerciante ou de operário qualificado, eram formadores de opinião. Sua atuação, muitas vezes, servia de combustível para alimentar a germanidade dos moradores locais.

De qualquer forma, como aponta Martin Dreher, toda essa política desenvolvida com o fito de resguardar a germanidade não trouxe benefícios aos descendentes de alemães.⁵⁵ O preço a pagar seria alto.

Com a deflagração da I Guerra Mundial, um conflito de caráter eminentemente imperialista, de uma maneira geral a opinião pública brasileira posicionou-se favorável aos países da *Entente*. O torpedeamento do navio brasileiro Paraná, a 4 de abril de 1917, serviu de estopim para o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha. Em 25 de outubro do mesmo ano, após o torpedeamento de mais dois navios, o Brasil declarou-se em guerra contra aquela nação. Foi então ordenada a proibição da circulação de jornais em língua alemã no território nacional e o fechamento de escolas nas quais o ensino não era ministrado na língua portuguesa. Terminada a guerra, com a derrocada alemã, as restrições ao uso do idioma alemão foram revogadas.⁵⁶

O germanismo, que se nutria em grande parte do apoio físico e moral recebido da Alemanha, teve um considerável baque no pós-guerra. Durante a década de 20, a República de Weimar teve que inicialmente enfrentar uma séria crise econômica, pagar uma imensa dívida a título de reparação de

⁵³ Gertz, op. cit. p. 18.

⁵⁴ Kipper, (1979), op. cit. p. 35

⁵⁵ Dreher, op. cit. p. 46.

⁵⁶ Ibidem p. 47.

guerra e reconstruir a economia do país. A grande depressão dos anos 30 abriu caminho para a ascensão dos nazistas ao poder, dando-se assim o início do *III Reich*. *O nazismo, retomando ideologicamente o germanismo, e recolocando a Alemanha numa posição de força no contexto internacional, produziu naturalmente um efeito de reavivamento do movimento germanista.*⁵⁷

Em maio de 1933, o NSDAP (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*) possuía 120 filiados em Porto Alegre. O número de adeptos, posteriormente, teria se elevado para cerca de 500 em todo o estado do RS. A população total de teuto-descendentes e de alemães era então estimada em cerca de 600 mil, devendo haver 30 mil de alemães natos⁵⁸. Entre os adeptos do partido encontravam-se empregados no comércio, bancos e indústrias e os germanistas radicais: pastores do Sínodo Riograndense e intelectuais (professores e jornalistas).

Santa Cruz à época do Golpe que implantou o Estado Novo

Na década de 30, Santa Cruz era uma pequena e pacata cidade típica do interior. Sua população era um pouco inferior a 55.041 pessoas, das quais 11,11% viviam em áreas consideradas urbanas e 88,89% na zona rural.⁵⁹ Eram 7 os distritos que então formavam o município: cidade e adjacências, Vila Tereza, Herveiras, Gramado Xavier, Trombudo, Monte Alverne e Sinimbu.

Dois jornais trissemanários em idioma alemão eram editados na cidade: a *Kolonie* e a *Volksstimme*.⁶⁰ Entre os moradores da área urbana, o rádio não era raridade. As famílias mais abastadas possuíam um aparelho em suas residências. No interior seu número ainda era bastante reduzido. Somente os colonos mais “fortes” tinham condições de adquirir um rádio receptor. Em suas casas, freqüentemente juntavam-se vários vizinhos para terem contato com a novidade. Estações brasileiras eram sintonizadas, mas também se escutava, pelas ondas curtas, a rádio de Berlim.

⁵⁷ Gertz, op. cit. p. 40.

⁵⁸ Ibidem p. 53.

⁵⁹ Os números apresentados dizem respeito ao Censo Demográfico de 1940 do IBGE.

⁶⁰ Politicamente a *Kolonie*, nos anos 30, mostrava-se simpática ao Partido Republicano Liberal enquanto a *Volksstimme* identificava-se com a Frente Única – bloco integrado no Rio Grande do Sul pelo Partido Republicano e pelo Partido Libertador e que fazia oposição ao governador Flores da Cunha. No âmbito municipal a Frente Única combatia a política do prefeito tenente coronel Rafael Oscar Jost, que administrou o município de 1933 até 1938. Religiosamente a *Volksstimme* inclinava-se mais para o catolicismo enquanto que a *Kolonie* pendia para o protestantismo.

O uso do dialeto alemão era, ainda, constante no cotidiano de seus moradores. No lar, no convívio social, nas práticas religiosas, e na realização de atividades comerciais e financeiras, a língua era habitualmente utilizada. Os livros escritos no idioma de Goethe persistiam, sendo os mais lidos. Nos salões, eram corriqueiros os tradicionais *Kerbs* e os *Königfest*.

No ano de 1937, 72% da população em idade escolar estava matriculada nos colégios existentes no município. Na maior parte das escolas, principalmente aquelas localizadas mais para o interior, os alunos eram, ainda, alfabetizados em alemão. Já na cidade, a iniciação às primeiras letras normalmente era feita em duas línguas: português e alemão. No final do ano de 1937, Santa Cruz contava com 139 escolas. Dessas, 126 eram particulares, sendo as restantes 13, públicas, mantidas e geridas pelo estado. Como é possível observar, nenhuma escola municipal estava então em funcionamento.

Tabela 2. Estatística Escolar do Município de Santa Cruz no Ano de 1937

Nº Es- Colas	Classificação das Escolas	Matrícula		Frequência		Nº Prof.	
		M	F	M	F	M	F
1	Colégio Elementar Estadual	274	322	189	232	1	19
9	Aulas Públicas Estaduais Isoladas	151	144	123	112	1	8
3	Aulas Contratadas Estaduais	64	55	51	43	1	2
13	Aulas Part. Subvencionadas p/ Governo Federal	183	177	138	140	1	12
1	Aula Noturna	35	7	25	3	-	1
77	Aulas Part. Subvencionadas p/ Município	1.412	1.153	1.163	940	62	15
29	Aulas Particulares sem Subvenção	428	407	347	333	27	2
3	Colégios Particulares Urbanos	499	392	448	355	23	14
3	Jardins de Infância	114	119	82	95	-	6
139		3.160	2.776	2.566	2.253	116	79

Fonte: Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias D. D. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Tte. Cel. Oscar R. Jost – Exercício de 1937. Santa Cruz, Typ. Lamberts & Riedl. p. 5-9.

Os 13 estabelecimentos públicos mantidos pelo Estado atendiam a somente 17% dos alunos matriculados. Cabia às demais 126 escolas particulares existentes atender aos outros 83% da clientela. Desses educandários, 119 situavam-se na zona rural, nas sedes dos distritos, linhas e picadas. Ali, professores pagos pelas próprias comunidades, desdobravam-se para atender a um número variado de alunos em salas de aula multisseriadas. A qualidade do ensino ministrado normalmente deixava a desejar. O fato era notadamente grave nas pequenas escolas do interior, onde professores não habilitados e mal remunerados exerciam a função docente. Parcela significativa dos professores das escolas particulares recebiam uma subvenção do governo federal ou municipal.

Conforme Kipper, essa subvenção correspondia a cerca de 20% do salário dos professores.⁶¹ Para se habilitar ao recebimento desse plus salarial, o docente necessitava obter aprovação em provas especificamente elaboradas para esse fim.

Os militantes da Ação Integralista Brasileira encontravam bom número de adeptos na localidade. Apesar de obterem um modestíssimo resultado eleitoral nas eleições municipais de 1935, quando fizeram apenas 1,05%⁶² dos votos para prefeito, haviam constituído, até o final de 1937, vários núcleos de camisas-verdes, sendo o mais ativo o localizado na cidade.⁶³ Aí, além do engajamento político masculino, os seguidores do sigma possuíam, organizadas, uma ala feminina e uma seção que reunia a juventude. Quase todos os domingos, integralistas se dirigiam ao interior do município, onde bons oradores pregavam a ideologia fascista do líder Plínio Salgado.

As lideranças locais do movimento, conforme já constatado por Trindade⁶⁴, eram principalmente cidadãos jovens em processo de ascensão social. A maioria deles elementos descendentes de imigrantes em segunda ou terceira geração. Mas havia também nas suas fileiras “agricultores fortes”, ou seja, pequenos proprietários de terra que, em virtude de alcançarem uma produção acima da média, diferenciavam-se econômica e socialmente dos demais. No início de 1938, conforme registros existentes na Delegacia de Polícia de Santa Cruz, eram então líderes da AIB⁶⁵: Carlos Maurício Werlang, brasileiro, advogado e presidente da agremiação em Santa Cruz; Antônio Muniz Pacheco, brasileiro natural da Bahia, professor de Química e Física do Colégio Sinodal; Alfredo Eugênio Hagemann, comerciante da localidade de Trombudo; Herbert T. Kämpf, brasileiro, viajante comercial; João Francisco Müller, mecânico; João Carlos Meurer, brasileiro, funcionário da Companhia Brasileira de Fumos em Folha; Gerhard Georg Kämpf, brasileiro, comerciante; Lauro Timm, brasileiro, farmacêutico.

⁶¹ Kipper (1979), op. cit. p. 28.

⁶² GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 159.

⁶³ Tendo por fonte o jornal integralista nacional *A Ofensiva*, Trindade aponta a existência de 6 núcleos da AIB em Santa Cruz no ano de 1937. Seriam os de Ferraz, Formosa, Linha Bernardino, Rio Pequeno, São Martinho e Linha General Osório. Cfe. TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: DIFEL; Porto Alegre: UGRGS, 1974. p. 322 a 328. Conforme comunicado veiculado na *Volksstimme* de 16 set. 1937, p. 4, em que a população era conclamada a se alistar para o pleito que deveria ter sido realizado em 1938, a AIB possuiria subnúcleos em Santa Cruz nas seguintes localidades: Linha Ferraz, São João da Serra, Herval de São João, Pinhal, Rio Pequeno, Linha Saraiva, Linha Formosa, São Martinho, Linha Bernardina, Trombudo, Ponte Rio Pardinho, Rio Pardinho e Sinimbu.

⁶⁴ Trindade, op. cit. p. 150 et seq.

⁶⁵ Cfe. Livro de Registro de Ocorrências da Delegacia de Polícia de Santa Cruz (1938 a 1944), p. 2. Nas eleições municipais de 1935, concorreram à Câmara Municipal pela AIB: o mecânico João Francisco Muller; Gustavo Gerhard (comerciante); Reinardo Jappe (dentista); Wily Carlos Shultz (agricultor); Ewaldo Otto Theodoro Krause (marceneiro); Oscar Arthur Hagemann (comerciário) e o advogado Carlos Maurício Werlang. Cfe. Kolonie de 06 nov. 1935, p. 6.

Os levantamentos realizados em Santa Cruz convergem no sentido da tese defendida por René Gertz. Segundo o pesquisador, os organizadores e militantes mais fervorosos do integralismo nas cidades do interior do RS teriam saído das fileiras de setores intermediários da sociedade. Esses setores intermediários estariam, à época, em rápido processo de adoção da língua portuguesa, relativamente indiferentes ao cultivo das tradições germânicas e lutando por ascensão social.⁶⁶ Seu nacionalismo nativista deve ser diferenciado do ideário nazista que exigia a união de todos os alemães sob o manto de uma grande Alemanha.

Em Santa Cruz, a partir de 1933, a exemplo de tantas outras cidades do Estado, estruturara-se uma célula do Partido Nazista. Integralistas e nazistas tinham em comum o combate ao liberalismo e ao socialismo. Ambos eram também movimentos revolucionários de massa de tendência ultradireitista. Embora a relação existente entre o nazismo e o integralismo mereça um estudo mais aprofundado, é possível defender a tese de que eles não chegariam a um denominador comum no que diz respeito à população de ascendência alemã do sul do Brasil. Isso porque o nacionalismo dos integralistas, devido à insistência da pregação de assimilação e de fusão étnica, inevitavelmente terminaria por se chocar com o conceito de povo e com o pangermanismo formulado pelos nazistas.

A ação dos partidários da cruz gamada fazia-se sentir, principalmente, sobre os cidadãos alemães. Os alemães natos que não seguiam a cartilha nacional-socialista eram inclusive perseguidos.⁶⁷ Até a implantação do Estado Novo, seus partidários se moviam e se organizavam livremente não só em Santa Cruz, mas por todo o Estado.

No Rio Grande do Sul, manifestações de nacionalismo alemão eram verificadas desde 1933. Membros do alto escalão do governo podiam ser avistados em datas comemorativas em que também os camisas-pardas e a suástica se faziam presentes. Em 1934 o interventor Flores da Cunha decretou como feriado estadual o 25 de julho em homenagem ao “colono” (data da chegada dos primeiros imigrantes germânicos a São Leopoldo no ano de 1824). Obras foram publicadas enaltecendo o papel desempenhado pelos alemães e seus descendentes para o desenvolvimento do RS. Em 1934 surgiu “O trabalho alemão no Rio Grande do Sul”, de Aurélio Porto⁶⁸. Em 1935,

⁶⁶ Gertz (1991), op. cit. p. 59.

⁶⁷ O doutor Heinz Von Ortenberg, alemão nato e fanático patriota, por não aderir ao partido, caiu nas garras da Gestapo. Ver a respeito TELLES, Leandro Silva. *Heinz von Ortenberg, médico do Kaiser e de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1980. Sobre o boicote de comerciantes ver PY, Aurélio da Silva. *A quinta coluna no Brasil*. Porto Alegre: Globo, s/d. p. 158 et seq.

⁶⁸ PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934.

Antonio Soveral organizou “O patriótico governo do Gal. José Antonio Flores da Cunha e o trabalho allemão no Rio Grande do Sul”. Nessa obra o Marechal Hindenburg e Adolph Hitler são alvo de grandes elogios e têm suas imagens impressas em tamanho de um pôster.⁶⁹ Para Gertz, toda essa bajulação da população de descendência alemã no Estado se dava para beneficiar a política externa do governo federal e também em função dos interesses da política estadual.⁷⁰

Dentre os líderes apontados como integrantes da célula local do NSDAP, aparecem apenas dois nomes de cidadãos brasileiros: o do vice-cônsul honorário da Alemanha em Santa Cruz e o de um engenheiro formado na Alemanha. Esse último, à época dos seus estudos na Europa, lá teria entrado em contato com a ideologia ultradireitista e racista de Hitler. Os demais, eram alemães natos.

Pelo que foi possível apurar eram líderes da célula partidária local⁷¹: Oskar Agte, alemão, nascido em 1897, chefe da célula nacional socialista de Santa Cruz; Paulo Ellwanger, alemão, engenheiro, técnico em eletricidade da Usina Elétrica de Santa Cruz, chefe da Frente Alemã do Trabalho; Walter Schreiner, brasileiro natural de Santa Cruz, nascido em 1909, engenheiro mecânico graduado na Alemanha; Ernesto Germano Becker, brasileiro, nascido em Porto Alegre, comerciante de instrução secundária, vice-cônsul honorário da Alemanha em Santa Cruz; Paulo Erath, alemão, industrial do setor moveleiro; Wilhelm Hilbk, alemão, pastor do Sínodo Rio-Gradense em Santa Cruz.

A população local nutria, indiscutivelmente, um sentimento de simpatia e mesmo de euforia por Hitler e pelo nazismo. As notícias que vinham da Alemanha – e na propaganda, como bem registrara Brecht, os nazistas eram mestres – enalteciam a figura do *Führer*. Ele era considerado o grande responsável pela recuperação econômica do país, que, assim, superava a grande depressão do início dos anos 30. Era natural e compreensível, haja vista o desenvolvimento histórico da região, que os imigrantes procurassem obter informações a respeito da terra e da sua gente que tinha ficado para trás. Era normal, também, que as pessoas se mantivessem interessadas em ter notícias sobre o lugar de origem dos pais, tios e avós. Mas o apego à Alemanha, a

⁶⁹ SOVERAL, Antonio (Org.). *O patriótico governo do Gal. José Antonio Flores da Cunha e O trabalho allemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1935.

⁷⁰ GERTZ, René E. O integralismo na zona colonial alemã. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius. *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 209.

⁷¹ Relação feita a partir de documentos citados por TELLES, Leandro Silva. Heinz von Ortenberg, médico do Kaiser e de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: APESC, 1980. p. 164 a 188; *VIDA Policial*. Semanário da Polícia Estadual do Rio Grande do Sul. 1942-1943; PY, Aurélio da Silva. *A quinta coluna no Brasil*. Porto Alegre: Globo, s/d e em depoimentos orais.

manutenção de usos e costumes, conforme destacado por Kipper⁷², tinha um sentido eminentemente sentimental, e não político.

O nazismo foi um regime político de ultradireita destinado a defender os interesses do grande capital alemão. Internamente, teve como objetivo suprimir as organizações operárias para favorecer a acumulação de capitais por parte dos grandes conglomerados econômicos da Alemanha. Externamente, o militarismo agressivo e o nacionalismo xenófobo, colocados em prática por Hitler e seus asseclas, tinham por objetivo uma nova repartição do globo terrestre.

Em função dos interesses e das necessidades do capitalismo alemão, os nazistas passaram a ser ferrenhos defensores e incentivadores do *Deutschtum* nas regiões coloniais do RS. Para tanto, muito se valeram do consulado alemão para fazer a propaganda. Em Santa Cruz, o vice-consulado era responsável pela exibição de filmes culturais alemães no Cine Apolo da cidade. Naquela sala de projeções, alunos das escolas particulares e públicas assistiam, gratuitamente, a filmes como *Deutschland ist Erwacht*, *Echo der Heimat* e *Hitlerjunge Quex*, ficando seduzidos pelo nacional-socialismo.

Pelas ruas da capital do fumo não era raro ouvir-se a saudação *Heil Hitler!* No *Deutsches Heim* (Casa Alemã), eram corriqueiras as reuniões dos integrantes da célula local do NSDAP. Naquele local, por exemplo, eram projetados filmes alemães, entoadas canções – entre as quais o *Horst Wessel Lied* e o *Deutschland Über Alles* –, promovidas conferências e realizadas confraternizações. As atividades dos nazistas não eram clandestinas. Os jornais locais anunciavam as reuniões e programações desenvolvidas pelo partido e pelo *Deutsche Arbeitsfront* (Frente Alemã de Trabalho). Desses encontros, além dos filiados, podiam participar simpatizantes e convidados.

Não eram somente os homens que estavam engajados politicamente. As mulheres, através do *Arbeitsgemeinschaft der deutschen Frau* (União das Mulheres Alemãs), e os jovens, através da *Hitlerjugend* (Juventude Hitlerista), também exerciam suas atividades em Santa Cruz. No início de 1937, o núcleo local estava especialmente mobilizado no recolhimento de um auxílio de solidariedade, chamado *Winterhilfswerk* (socorro de inverno). Através de listas de contribuição e da realização do *Eintopfessen* (espécie de sopão comunitário), procuravam arrecadar recursos que seriam remetidos à Alemanha aos vitimados pelo rigoroso inverno europeu daquele ano.

Militantes da suástica também se infiltraram em sociedades. O *Turnverein* Santa Cruz, por exemplo, quando passou a ser presidido por Paulo Erath, tornou-se palco de atividades e

⁷² Kipper (1979), op. cit. p. 49.

manifestações nazistas.⁷³ Foram também feitas tentativas para filiar os *Vereine* (sociedades) existentes na Liga das Sociedades Alemãs no Estrangeiro (*Verband Deutscher Vereine im Ausland*). Esperando compensações financeiras, algumas das sociedades fizeram a filiação.

Mas o NSDAP, não obstante o empenho de seus líderes, manteve-se pequeno em Santa Cruz. Suas atividades sofreram um golpe mortal quando da publicação do Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938, que vedava a estrangeiros a atividade política no Brasil. Entre outras restrições, seu Art. 2º proibia, nos seus incisos: 3 – *Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos e insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro*; 4 – *Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, e qualquer que seja o número de participantes (...)*; 5 – *Com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas: fazer conferências, discursos, alocuções, diretamente ou por meio de tele-comunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão*. Quando da dissolução da célula do partido, não houve reclamações nem reações. Imperou a lei do silêncio. Isso é um sintoma evidente de que estava pouco enraizado.

O grande embate político no município na década de 1930 não foi protagonizado pelos integralistas e muito menos pelos nazistas. Nos anos 30, a elite política de Santa Cruz envolveu-se em uma ferrenha disputa pelo poder, travada entre os partidários do Partido Republicano Liberal (PRL) e da Frente Única (PR e PL).

Durante a República Velha, de acordo com os resultados a que chegou Krause, Santa Cruz teve um comportamento eleitoral que pode ser considerado como sendo oposicionista⁷⁴. Nas eleições para a Intendência e para o Conselho Municipal realizadas em outubro de 1928, o candidato do Partido Libertador, José Wohlgemuth Koelzer, derrotou, por 1.557 contra 1.468 votos, o pretendente situacionista, Gaspar Bartholomay, do Partido Republicano Rio-Grandense⁷⁵. O pleito fora anulado, mas o Tribunal Superior do Estado acabou acolhendo o recurso impetrado pelos libertadores que, finalmente em novembro de 1929, viram empossado o candidato vitorioso nas urnas.

Em fins de 1932, em função de boatos que corriam de que o interventor estadual, general Flores da Cunha, substituiria José Koelzer, teriam sido coletadas 4.268 assinaturas de cidadãos

⁷³ Telles, op. cit. p. 165.

⁷⁴ Conforme demonstrado pelo trabalho de Krause, op. cit., a idéia de que o comportamento político das zonas coloniais alemãs do RS, durante a República Velha, era apático e governista não encontra guarida no estudo de caso feito pela pesquisadora.

santa-cruzenses pedindo a permanência do prefeito no cargo.⁷⁶ Essa pressão, no entanto, não impediu a exoneração do chefe do executivo local em 23 de fevereiro de 1933. O tenente-coronel Oscar Rafael Jost fora indicado pelo interventor do Estado como prefeito provisório.⁷⁷

Em 3 de maio de 1933, foram feitas eleições para a escolha de membros para a composição da Assembléia Nacional Constituinte. Nas sete secções eleitorais existentes em Santa Cruz, o PRL obteve 808 sufrágios; a Frente Única somou 351, enquanto que os sem legenda obtiveram 73 votos.⁷⁸

Os meses que antecederam o pleito de outubro de 1934 foram marcados por trocas de farpas e acusações entre os correligionários do PRL e da FU, através da *Kolonie* e da *Volksstimme*. Quando da realização da eleição, que escolheu os representantes do Estado para integrar a Câmara Federal e os deputados estaduais constituintes, a Frente Única derrotou o partido governista no município.

Tabela 3: *Resultado das eleições de outubro de 1934 em Santa Cruz (Deputado Federal e Deputado Estadual)*

PARTIDO	FEDERAL	ESTADUAL
Frente Única	1.425	1.429
Partido Republicano Liberal	1.270	1.279

Fonte: *Volksstimme* de 13 nov. 1934, p. 3.

Oscar Jost, amigo e homem de confiança de Flores da Cunha e do major Alberto Bins, decepcionado com o resultado do prélio, encenou sua renúncia. O PRL organizou uma manifestação popular em 16 de novembro do mesmo ano para agradecer-lhe pelos inúmeros serviços prestados à coletividade e pedir-lhe para que continuasse à testa da administração municipal.⁷⁹ Saiu aclamado da manifestação como virtual candidato para as eleições municipais que se realizariam daí a um ano.

⁷⁵ Ibidem p. 181.

⁷⁶ *Volksstimme*, 06 dez. 1932, p.1.

⁷⁷ *Volksstimme*, 23 fev. 1932, p. 2.

⁷⁸ *Volksstimme*, 10 jun. 1933, p. 2.

⁷⁹ *Kolonie*, 16 nov. 1934. De acordo com a *Volksstimme*, os partidários do PRL, a fim de amedrontar a população e concorrer para o êxito da manifestação, teria espalhado que no lugar de Jost seria nomeado um oficial da Brigada Militar.

O pleito ocorrido em 17 de novembro de 1935 apontou uma acachapante vitória do PRL. O partido, além de eleger por larga margem de votos o prefeito Oscar Jost, emplacou cinco dos sete integrantes da Câmara Municipal.⁸⁰

Tabela 4: Resultado das eleições municipais de 1935 em Santa Cruz (votos para prefeito)

Distrito	Oscar Jost – PRL	José Koelzer – FU	Dario Bittencourt AIB
1º - Santa Cruz	1.560	787	
2º - Vila Thereza	277	252	
3º - Pinhal	155	78	
4º - Serra	138	116	
5º - Riotal	407	154	
6º - Sinimbu	384	88	
7º - Trombudo	379	80	
TOTAL	3.300	1.555	51

Fonte: *Volksstimme* de 30 nov. 1925, p. 2 e *Kolonie* de 02 dez. 1935, p. 6

A legião de desafetos políticos do prefeito Jost foram aumentando com o passar do tempo em virtude de seu espírito militarista e de seus métodos autoritários de fazer política. Não raras vezes ele foi acusado de promover perseguições aos seus adversários políticos. Em setembro de 1937 enfrentava a oposição dos partidos integrantes da Frente Única, dos integralistas e da Dissidência Liberal.⁸¹ Após a deposição de Flores da Cunha do governo do Rio Grande do Sul, a pressão para que o interventor exonerasse o prefeito de Santa Cruz aumentou. A elite política e econômica do município estava literalmente dividida entre os que eram favoráveis e os que eram contrários à permanência do prefeito Jost no cargo. O último *round* desse enfrentamento ocorreu em 1938, com a deposição do prefeito, o tenente coronel Oscar Jost, pelo interventor Cordeiro de Farias. O prefeito nomeado, Caio Brandão de Mello⁸², foi recebido com festa na cidade em junho de 1938.

⁸⁰ Os candidatos a vereador mais votados pelo PRL foram: Arthur Kliemann – 2.058 votos; Helmuth Schuetz – 263; Adolfo Hennig – 252; José A. Mergener – 211; Reinaldo B. Schmidt – 204; Germano Becker – 174; Carlos Froehlich – 80. Pela frente Única foram votados: Acélio Corrêa – 463 votos; Ricardo Hintz – 423; Júlio Schwengber Sobrinho – 335; Miguel Hoffmann – 309; Antônio J. Schmidt – 85; Carlos Spode Fº. – 24; Arthur Snell – 8. Pelos integralistas o mais votado foi Hans Muller, que obteve 68 sufrágios. Cfe. *Volksstimme* de 14 dez. 1935, p. 2.

⁸¹ A Comissão Diretora Municipal da Dissidência Liberal de Santa Cruz foi criada em 11 de setembro de 1937. Cfe. LIBERALE DISSIDENZ. *Volksstimme*, 14 set. 1937, p. 2.

⁸² ERGEBENHEISTELEGRAMM AM DEN BUNDESINTERVENTOR. *Volksstimme*, 04, jun. 1938.

Porém, já em 1937, ao dar-se termo à curta existência da Constituição de 1934, Santa Cruz estava longe de ser uma pequena Alemanha. Se havia uma oposição entre os *Deutsche* (descendentes de alemães) e os *Brasilianer* (brasileiros não descendentes de imigrantes), havia também um fosso entre os de ascendência germânica e os alemães natos, os *Deutschländer*, porque para estes, aqueles tinham se caboclicado, não sendo mais alemães de fato. Pessoas de sobrenome de origem germânica eram encontrados no PRL, no PL, no PR e na AIB. Os partidos que integravam a Frente Única, eram, no entanto, os que tinham entre suas lideranças maior número de cidadãos com sobrenome “lusó”. De qualquer forma, havia interesse da população sobre os rumos da política local, estadual e nacional. Após 1937, ou mesmo antes, autoridade alguma constatou a existência de atos coletivos de negação consciente ao Brasil por parte dos moradores de ascendência alemã da localidade.

No fundo, foi o imperialismo alemão que estimulou, quando e como pôde, a germanidade nas regiões coloniais. Interessado em ampliar seu domínio econômico no Sul do Brasil, na competição travada com os imperialismos inglês e norte-americano, os alemães, dadas as condições superestruturais existentes, largaram em nítida vantagem nessas específicas regiões. Entre 1930 e 1939, 26% da exportação do Rio Grande do Sul para o estrangeiro fez-se com a Alemanha. O volume e o valor das importações para com aquele país, entretanto, devia ter sido muito superior às exportações. Segundo Roche⁸³, em Porto Alegre havia sete vezes mais casas importadoras que exportadoras pertencentes a empresários daquela nacionalidade. Antes da II Guerra Mundial, o Rio Grande do Sul figurava como o Estado brasileiro que mais desenvolveu relações comerciais com a Alemanha.

As relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha também atingiam grande volume na década de 1930. Em 1933, 11,95% das importações brasileiras vinham da Alemanha. Em 1938 esse percentual elevou-se para 24,99%. Já as exportações brasileiras para aquele país teriam subido de 8,12% para 19,06% nesses mesmos anos.⁸⁴

⁸³ Roche, op. cit. p. 459 e 460.

⁸⁴ Hilton, apud Gertz (1980), p. 196-233.

A Campanha de Nacionalização em Santa Cruz

Para combater o germanismo, erroneamente confundido, por muitos, com o nazismo e o integralismo, escolas, imprensa, sociedades e Igreja tiveram que passar por um processo de abasileiramento sociocultural forçado. Para alguns governantes e intelectuais, isso era imprescindível para a posterior ocorrência do caldeamento das etnias.

Apesar de preconizada desde o século XIX, a assimilação acelerada dos chamados “quistos étnicos estrangeiros” foi colocada em prática por um Estado que marcou por sua feição autoritária e policialesca, parida do golpe de 10 de novembro de 1937. Para Seyferth,⁸⁵ somente um Estado antidemocrático desse tipo *podia criar uma legislação impositiva da assimilação e do caldeamento e propor, por decreto, estudos científicos que dessem diretrizes eugênicas (raciais), sociais e culturais para erradicar as diferenças étnicas que faziam dos imigrantes cidadãos incompatíveis com a nação.*

Para os promotores da nacionalização, nas áreas coloniais, seria necessário, antes de qualquer coisa, suprimir o idioma dos antepassados. Foi por isso que os governantes passaram a restringir legalmente, a partir de 1938, o uso de idiomas estrangeiros. As comunidades de ascendência germânica inicialmente tiveram a língua alemã proibida nas escolas⁸⁶, repartições públicas e cerimônias religiosas. Mais tarde essa interdição foi estendida a todos os locais públicos e, a partir de agosto de 1942, com o envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial contra os países do eixo, os próprios domicílios chegaram a ser vigiados.

A campanha de nacionalização, no nosso entender além de desnecessária, foi promovida em um contexto histórico – político e psicológico – completamente desfavorável à integração.⁸⁷ Regimes discricionários, como foi o do Estado Novo, normalmente acobertam violações aos direitos humanos e práticas lesivas ao cidadão. Em diferentes localidades da região colonial encontram-se exemplos de policiais e funcionários públicos que cometeram excessos contra moradores. Alguns

⁸⁵ Seyferth (1999), op. cit. p. 225.

⁸⁶ Na realidade a constituição brasileira de 1934 já estabelecia que o ensino nos estabelecimentos particulares deveria ser ministrado em idioma pátrio, salvo o de língua estrangeira.

⁸⁷ RAMBO, Balduino. A nacionalização. *Pesquisa História*, São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 27, p. 73-113, 1989. p. 86.

deles, escudados pela função que exerciam, aproveitaram-se do momento para extorquir dinheiro de pessoas humildes ou para tirar outro tipo de proveito próprio com a situação.⁸⁸

Psicologicamente a época também foi imprópria em razão da II Guerra Mundial, detonada em setembro de 1939.⁸⁹ O Brasil, embora a princípio tomasse uma posição de neutralidade no conflito, foi levado, pela opinião pública nacional e pelos interesses do imperialismo norte-americano, a posicionar-se contras os países do Eixo e a favor dos Aliados. A declaração de guerra do Brasil à Alemanha e Itália fez explodir um surto nacionalista que coincidiu com um maior rigor na repressão ao “eixismo”.⁹⁰ Considerados como “Quinta Colunas”, os descendentes de imigrantes passaram a ser estigmatizados como traidores reais ou potenciais da Pátria. Viveram, conseqüentemente, tempos de incerteza e de discriminação.⁹¹

Na realidade, a campanha de nacionalização deixou seqüelas profundas. Gerou, entre a população de ascendência alemã do município, medo, insegurança, constrangimentos e injustiças. Se pudessem ser computados os prós e os contras, chegar-se-ia à conclusão de que o saldo obtido ficou muito aquém daquele esperado pelos seus idealizadores. Os malefícios causados certamente superam os escassos resultados positivos porventura alcançados.

No que se refere aos aspectos religiosos, pode-se afirmar que a campanha de nacionalização atingiu mais os luteranos do que os católicos.

Os evangélicos tinham tudo em alemão. Eles não tinham brasileiros em suas comunidades e depois quando foi proibido, isto teve que ser alterado, as suas orações, eles não possuíam livros de reza em português, nenhum material, e daí eles precisaram deixar traduzir. Meu cunhado, o professor Junges era meu cunhado, e meu professor que traduziram para o pastor as orações (Edmundo, 67, Monte Alverne).

O decreto-lei nº 1545, de 25 de agosto de 1939, dispôs sobre a adaptação no meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. O seu artigo 16 estabelecia: *Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional.*

⁸⁸ Ver a respeito VOGT, Olgário Paulo. Repressão x medo: arbitrariedades cometidas durante a campanha de nacionalização em Santa Cruz, RS. In: ANAIS DO IV E DO V SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISADORES DE HISTÓRIA DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS, 2000 Lajeado, 2001 Santa Cruz do Sul. Anais... Santa Cruz do Sul: Gráfica Garten Sul, 2002. p. 128-142.

⁸⁹ Após a invasão da Polônia pelo exército alemão, a Delegacia de Polícia local avisava que, consoante informações recebidas da Chefia de Polícia, ficavam terminantemente proibidas todas e quaisquer manifestações favoráveis ou contrárias aos chefes de partidos políticos de nações estrangeiras. Kolonie, 4 set. 1939, p. 6.

⁹⁰ SGANZERLA, Cláudia Mara. A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945). Passo Fundo: UPF, 2001. p. 142.

⁹¹ DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Tempos de incerteza: a discriminação aos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

Como conseqüência das medidas restritivas ao vernáculo alemão, muitos cultos deixaram de ser realizados. A freqüência dos fiéis às celebrações também se reduziu sensivelmente. Muitos dos crentes, principalmente os de meia idade e os idosos, tiveram que se basear nos gestos dos pastores para saber a hora de sentar e levantar, pois não entendiam palavra alguma em português. *Às vezes tinham poucos que iam sim, mas de culto em culto eu sempre estava lá* (Helwin Mohr, 91 anos, Linha Justo Rangel).

Em virtude do dispositivo legal, alguns padres e pastores foram substituídos. O cumprimento da regra, entretantes, foi relaxado pouco tempo depois. Adolfo Medeiros dos Santos, delegado de Polícia de Santa Cruz, mandou avisar que (...) *apenas nas sedes de distritos e núcleos afastados, quando o número de estrangeiros que não falem a língua brasileira for bastante elevado ou se a oportunidade assim o exigir, será permitida, após a prédica vernácula, a repetição na língua dos respectivos estrangeiros.*⁹² A partir de 1942, também os hinários, as orações, as celebrações de batismo, casamento e enterro estavam impedidos de serem feitos em alemão.⁹³

Pelo menos três pastores que desenvolviam suas funções em Santa Cruz foram obrigados a ir a Porto Alegre, onde tiveram que se apresentar ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Hugo Kummer foi denunciado por ter externado conceitos contrários à obra nacionalizadora do púlpito do templo localizado na cidade⁹⁴; o pastor Armin Eberhardt, de Monte Alverne, que teria falecido em decorrência dos maus tratos recebidos na Casa de Correção da capital e na Colônia Penal Daltro Filho⁹⁵; e o pastor Goethe, de Rio Pequeno.

No que se refere à educação, o governo gaúcho adotou várias medidas preventivas e repressivas para alcançar a nacionalização compulsória. Uma das ações de maior reflexo foi a criação de novas unidades escolares. *Em 1937, havia no RS 170 grupos escolares. Em 1941 já havia 452.*⁹⁶ Fato idêntico aconteceu em Santa Cruz. Conforme já apontado, até o ano de 1937 a assistência fornecida pelo município ao ensino resumia-se ao auxílio dado a algumas aulas particulares sob a forma de subvenção. Com a deflagração da nacionalização, aumentaram os investimentos municipais em educação. Em 1938 o número de aulas particulares subvencionadas chegou a 88; em 1939, passou a ser de 100. Nesse mesmo ano foi também criado o cargo de inspetor

⁹² Kolonie, 20 nov. 1939, p. 6.

⁹³ Kipper (1994), op. cit. p. 122.

⁹⁴ Kolonie, 2 ago. 1939, p. 2.

⁹⁵ A HISTÓRIA NÃO FOI BEM ASSIM. *Agora.*, Santa Cruz do Sul, Ano V, n. 50, p. 5-7, 1999.

⁹⁶ KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino. In: MÜLLER, T. L. (org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 48.

escolar, a fim de que pudesse ocorrer uma rigorosa fiscalização sobre as aulas e conhecidas as necessidades educacionais. Ainda no decorrer de 1939, foram criadas as primeiras 18 escolas públicas municipais, compreendendo seis Grupos e doze Aulas Isoladas.⁹⁷ Até 1945, a prefeitura já tinha aberto 77 estabelecimentos de ensino e a rede estadual sido ampliada significativamente.

Além de criar escolas públicas, que paulatinamente foram substituindo as particulares existentes, a legislação passou a vedar a estrangeiros a direção de estabelecimentos de ensino.⁹⁸ Isso afetou particularmente os educandários luteranos e as pequenas escolas do interior, onde professores alemães unidocentes muitas vezes exerciam o magistério. Os livros didáticos, até então impressos predominantemente em alemão, foram substituídos por manuais de língua portuguesa. Os professores foram, inclusive, proibidos de usar o alemão como idioma auxiliar para se fazer entender pelos alunos.

Na escola, o alemão também estava proibido. O professor sempre dizia: crianças não falem em alemão no intervalo! Não era para falar alemão ao brincar. E então tudo estava *quieto*. *Se* brincava, mas entre nós, nós falávamos baixinho. Mas quando vinha alguém, um brasileiro, se diz brasileiro, homens de cor né, então ficava tudo quieto (Edmundo, 67, Monte Alverne).

Numa cidade em que o vernáculo germânico era utilizado informalmente para quase todos os fins, a interdição da língua alemã atingiu o cotidiano dos moradores. Logo no início do ano de 1939, a Prefeitura Municipal comunicou que até o dia 10 de janeiro todos os letreiros e propagandas em língua estrangeira existentes nas fachadas das casas comerciais deveriam ser retirados. Após essa data, recairia uma multa anual de 3 contos e 600 mil réis sobre os infratores.⁹⁹ Nos cemitérios, os tradicionais epitáfios das lápides das sepulturas, escritos em alemão em memória do ente querido falecido, passaram a ser substituídos por um simples “aqui jaz”. Mesmo inscrições existentes em templos tiveram que ser removidos ou cobertos por um manto.

Em 8 de março de 1939, através da portaria nº 132, o Dr. Admar Severo, juiz de direito da Comarca de Santa Cruz, resolveu proibir a todos os escrivães distritais da Comarca qualquer ato jurídico (nascimentos, casamentos, óbitos, escrituras, procurações etc) em que fossem interessadas

⁹⁷ Relatório Apresentado a S. Excia. O Snr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias, D. D. Interventor Federal neste Estado, pelo Prefeito Municipal, Dr. Caio Brandão de Mello, e referente ao exercício de 1939. Porto Alegre: Livraria Oliveira, 1940

⁹⁸ Artigo 11 do Decreto-lei n 1545, de 25 de agosto de 1939.

⁹⁹ Kolonie, 4 jan. 1939, p. 2

pessoas que desconhecessem o idioma nacional. Quem não soubesse se pronunciar no vernáculo somente poderia praticar atos jurídicos na sede da Comarca com a intervenção de um intérprete.¹⁰⁰

No dia 23 do mesmo mês e ano, Caio Brandão de Mello, através do Decreto nº 10, resolveu proibir expressamente o emprego de idioma estrangeiro na Prefeitura Municipal, secções ou dependências da mesma, inclusive nas subprefeituras. Assim, nenhum contribuinte ou interessado poderia ser atendido por funcionário da prefeitura se não se expressasse em português ou se fizesse acompanhar de um intérprete.¹⁰¹

As sociedades também foram bastante atingidas pela nacionalização, sendo muitas completamente desmanteladas. As de lanceiros, ulanos e de atiradores inicialmente foram proibidas de usar o aparatoso uniforme militar que possuíam. Depois, “por motivo de segurança”, tiveram que ser entregues à polícia as lanças, espadas, espingardas, alvos, bandeiras e demais apetrechos das entidades. As sociedades de atiradores suspenderam completamente suas atividades durante o período.¹⁰² Associações de canto, de leitura e de teatro tenderam ao natural desaparecimento, haja vista que, impreterivelmente, seus integrantes faziam uso da língua alemã para entoar os cânticos, fazer a leitura de livros ou encenar peças.

Para que pudessem se manter em funcionamento, as sociedades tiveram, primeiramente, que alterar seus nomes; depois traduzir para o português seus estatutos, idioma em que também deveriam ser redigidos os livros de atas; alterar suas bandeiras e outros símbolos e solicitar autorização para a realização de festividades ou reuniões entre os associados.

Como a polícia passasse a vasculhar domicílios e salões em busca de material considerado subversivo, muitas lideranças comunitárias destruíram ou fizeram desaparecer o material e a documentação das entidades desportivo-recreativas. Receosos que livros de literatura, bandeiras, hinários, estandartes e flâmulas com dizeres em alemão, cadernos de atas e outros registros fossem parar nas mãos de policiais ou de autoridades públicas, importantes fontes de pesquisa para estudos da história social da colonização acabaram sendo irremediavelmente perdidos.

Terminada a guerra, as sociedades fechadas reabriram e novas foram fundadas, ocorrendo um verdadeiro florescimento de entidades desportivo-recreativas. No entanto, aquelas que tinham finalidades eminentemente culturais não conseguiram se reerguer.

¹⁰⁰ Cfe, Kolonie, 10 mar. 1939, p. 1.

¹⁰¹ Cfe. Kolonie, 27 mar. 1939, p. 1

¹⁰² Centenário de colonização alemã em Rio Pardinho, município de Santa Cruz do Sul (1852-1952). Santa Cruz do Sul: Gráfica Bis & Rech, 1952. p. 233

A imprensa, que se autodenominava de teuto-brasileira, também foi colocada fora de circulação. A *Kolonie*, que em 1941 comemorava cinqüenta anos de existência, despediu-se dos seus leitores numa sexta-feira, 29 de agosto. No editorial, o jornal lamentava a ordem do Governo Federal que vedava a publicação de jornais e revistas em língua estrangeira no país a partir do dia 31 daquele mês. De acordo com o periódico, *com essa medida – de resto única no mundo inteiro – finda-se a existência secular da imprensa teuto-brasileira, a mais antiga e também a mais numerosa imprensa em língua estrangeira que se publicou no Brasil, embora a imigração germânica não prevalecesse pelo número.*

O jornal enfatizou ter cumprido durante meio século sua missão que era: servir de guia e conselheiro aos imigrantes; contribuir para o melhor conhecimento de assuntos europeus no Brasil e servir de *intermediário entre o Brasil e não somente os países de língua alemã, mas ainda aquela parte da Europa não germânica, onde a língua de Goethe é largamente compreendida e lida.*¹⁰³

O cotidiano das pessoas, em função da campanha de nacionalização, também foi alterado. Como ficou terminantemente proibido falar o alemão em locais públicos, e como muitos não sabiam se expressar em português, preferiram ficar recolhidos ao seu lar. Mas mesmo aí podiam ser molestados.

(...) foi proibido falar o alemão, e tinha escuta por parte dos representantes do governo, que estavam sempre escutando de noite, assim nas portas, lá onde se falava o alemão. Então foram avisados e muitas vezes interrogados ou presos. E aconteceu que escutaram, logicamente que eles escutaram rádio alemão, muitos por interesse, no começo – sim porque tudo era de origem alemã – para ver como estava a guerra. Então tinham muitos por aí que escutaram nas portas para ver se escutavam (Lothar Wunsch, 76 anos, Sinimbu).

O número de bailes e festas, conseqüentemente, diminui sensivelmente. As idas à cidade para efetuar compras também. Houve famílias que moravam à beira da estrada que não mais se arriscavam a rezar à mesa, temerosos de que fossem denunciados por algum espião ou vizinho. Delações infundadas também aconteceram, pois desafetos aproveitaram a ocasião para se vingar de algum rival.

Analisando os registros existentes na Delegacia de Polícia de Santa Cruz, constata-se que a repressão política aos nazistas foi centrada sobre alguns moradores da cidade, sobretudo alemães natos. Contudo, as prisões efetuadas diretamente pelos policiais do DOPS (Departamento de Ordem

¹⁰³ Kolonie. 29 ago. 1941, p. 1.

Política e Social) no município não foram escrituradas nos livros de registros da DP local¹⁰⁴. Os apontamentos encontrados que versam sobre o assunto tratam, basicamente, das buscas e apreensão de materiais, como livros, gravuras, bandeiras, armas, binóculo, máquina fotográfica e rádios. O maior número de batidas registradas deu-se entre o final de 1941 e agosto de 1942, ou seja, os meses que antecederam a entrada do Brasil na II Guerra Mundial.

As informações sobre os objetos apreendidos pelos policiais são extremamente escassas. As armas recolhidas das sociedades e de outros cidadãos e os rádios e outros objetos tirados da população desapareceram. Uma vez reconstitucionalizado o país, a imprensa e a Câmara de Vereadores cobraram a devolução do material. Um inquérito policial foi aberto, mas nada foi apurado.

No que diz respeito à campanha de nacionalização, é muito difícil conseguir quantificar o número de detenções havidas. Em primeiro lugar, porque os livros das subdelegacias, com exceção da do distrito de Monte Alverne, não foram localizados. Trabalhou-se, portanto, com os dados existentes na sede do município e nesse distrito. Em segundo lugar, porque nem sempre os livros de registros de ocorrências mencionam quais os procedimentos adotados com os indiciados (prisão, advertência, diligência etc.). De qualquer forma, pode-se afirmar que a repressão à nacionalização incidiu mais sobre os pobres e especialmente sobre os moradores do campo, os colonos. O número de detidos constantes nos livros de ocorrência foi de 38 homens. Desses, 24 haviam sido presos entre os meses de março a maio de 1943.

As repercussões e as conseqüências da campanha, no entanto, não podem ser avaliadas somente a partir do número de prisões efetuadas ou dos registros policiais feitos. As detenções realizadas tiveram mais um caráter pedagógico, ou seja, serviram de exemplo e meio de amedrontar ou inibir a população. Num clima de incerteza, expressões como “alemão batata” e “quinta coluna” passaram a ser utilizadas corriqueiramente, sobretudo contra pacatos colonos. As repreensões públicas, as intimidações e os constrangimentos a que muitos foram submetidos, que seqüelas

¹⁰⁴ Na edição de 1 mar. 1938, p. 3, a *Volksstimme* noticia a prisão de lideranças nazista na capital. Comunica também que pessoas ligadas ao NSDAP e ao DAF de Santa Cruz foram presas e levadas a Porto Alegre. Eram eles: Paul Erath, Oscar Agte, Paul Elwanger e o professor de ginástica Boysen, todos eles cidadãos alemães. Em 30 de setembro de 1958, o industrial de nacionalidade alemã, Ludwig Christian Heinrich Docter, mandou publicar na Gazeta do Sul (p. 4) uma declaração na qual desmente boatos políticos existentes na cidade de que o Cel. Walter Perachi Barcellos estivesse ligado à repressão havida durante a Guerra. Na nota ele afirma ter estado preso durante quase 2 anos na Colônia Penal Daltro Filho, lá estando sujeito a *tratamento torturoso, chicanas as mais ignóbeis, às quais nunca se submete quem ou o que quer que seja, nem mesmo animal raivoso*. Denuncia que na época teria sido também vítima de saque e de roubos, compreendendo livros culturais e científicos, dicionários, coleção de selos etc.

produziram? Teriam servido para integrar ou para aumentar o fosso entre os teuto-descendentes e os demais brasileiros de outras origens étnicas?

Através de relatos orais percebeu-se que a intensidade da repressão nos distritos dependeu, fundamentalmente, da posição assumida pelos subprefeitos que, à época, também exerciam a função de subdelegados. Alguns foram tolerantes e procuraram temporizar a situação. Em outros locais, entretanto, o rigor aplicado às leis foi muito maior do que desejavam as autoridades responsáveis pela nacionalização.

A implantação de uma unidade do exército brasileiro em Santa Cruz também fez parte da política de nacionalização. Já em março de 1939 o Secretário de Educação e Saúde Pública do RS, J. P. Coelho de Souza, afirmava:

Acho que nenhuma medida será mais útil e mais eficiente do que a distribuição de algumas unidades do exército na região a nacionalizar.

Todo o nosso esforço nas escolas redundará em pura perda, será um bracejar no espaço, se a criança não encontrar fora das escolas um ambiente de brasilidade (...).

O verniz da brasilidade que a juventude recebeu no ambiente escolar desaparecerá facilmente se nas ruas, nos templos e através da imprensa, que deve ser toda portuguesa, não continuar a receber os mesmos influxos nacionalizadores.

Esse ambiente extra-escolar resultará, poderosamente, da presença das unidades do glorioso exército nacional nas cidades de origem colonial.¹⁰⁵

A decisão de implantar um quartel em Santa Cruz foi tomada no início dos anos 40, pelo aviso número 1.615, de 20-06-42. Transferido de Santa Maria, o III/7º RI chegou definitivamente a Santa Cruz em meados do ano de 1944. *Embora a missão primordial e indisfarçável do Batalhão fosse a famigerada nacionalização, a recepção da guarnição foi calorosa. Os militares traziam consigo dinheiro para Santa Cruz. Além do necessário para a construção dos prédios, havia também o soldo dos militares que podia circular na cidade. Isso agradou sobremaneira a emergente burguesia local.*

A missão originariamente afeta ao quartel parece ter se esgotado com a simples presença do Batalhão na cidade. Segundo o Tenente Coronel Juvêncio Saldanha Lemos, impossível, aliás, colocar-se mais de 600 militares na pequena SANTA CRUZ de então, sem que a tropa e a comunidade não entrassem logo em processo de interação. No que diz respeito à neutralização dos famigerados “nazistas”, ocorreu até um efeito contrário: com a chegada do exército, cessaram

¹⁰⁵ Kolonie, 24 mar. 1939, p. 6.

*definitivamente as violências e arbitrariedades, que eram cometidas contra pobres colonos, por parte de algumas autoridades despreparadas.*¹⁰⁶

Segundo o militar, ficou comprovado que não passavam de mitos a existência dos propalados “quistos alemães” e a potencial ação de uma “quinta coluna alemã” no sul do Brasil, que teriam sido inteligentemente explorados num clima de Guerra Psicológica. Quanto à restrição da língua alemã, *só a mera proximidade de militares, notadamente em bailes e bares, que é onde se conversa mesmo, desestimulava qualquer um a comunicar-se valendo-se da língua de Goethe.*¹⁰⁷

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, trabalhou-se com alguns pressupostos. Afirmou-se que fatores endógenos, decorrentes da omissão ou impossibilidade dos governos central e das províncias de colocar à disposição dos imigrantes alemães e de seus descendentes escola, religião, saúde e vias de comunicação, possibilitaram o surgimento de comunidades étnicas relativamente homogêneas e autônomas. Em relativo isolamento geográfico e social, esses núcleos coloniais se desenvolveram e se reproduziram pela parte meridional do território brasileiro. Sobre esses núcleos, a partir de um determinado momento histórico, passou a agir, em intensidade variada de acordo com a conjuntura política internacional, um componente exógeno: o imperialismo alemão. Interesses de grandes conglomerados econômicos, e por consequência do Estado alemão, atuaram decididamente sobre essas áreas coloniais no sentido da preservação do *Deutschtum*. Isso ocorreu especialmente durante o reinado de Guilherme II e após a chegada de Hitler ao poder na Alemanha. Segundo os imperialistas alemães, nas zonas povoadas por emigrantes alemães e seus descendentes, onde a cultura germânica fosse mantida, existiria um mercado natural e com grande potencial para a indústria alemã.

Salientou-se também que, apesar do relativo isolamento inicial, paulatinamente a população constituída pelos imigrantes alemães e seus descendentes, em virtude dos inevitáveis intercâmbios feitos com habitantes de outras origens étnicas, começou a passar por um processo de assimilação. Argumentou-se, inclusive, que nesses redutos coloniais desenvolvera-se não uma cultura alemã propriamente dita, mas uma cultura colonial. Algumas das tradições, que ainda são

¹⁰⁶ LEMOS, Juvencio Saldanha. *A pré-história do Oitavo*. s/d: s/e, (1986) p. 60.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 61.

mantidas em áreas mais interioranas dessas regiões, não têm similares nem precedentes em local algum da Alemanha.

Quanto à campanha de nacionalização, que se tentou exemplificar a partir das ocorrências verificadas em Santa Cruz, pode-se asseverar que o tema é amplo, extremamente complexo, e que carece ainda de estudos mais aprofundados. Os poucos trabalhos existentes relacionados ao assunto, de uma maneira geral, responsabilizam a campanha de nacionalização pela perda da cultura alemã nas comunidades de ascendência germânica do sul do Brasil.

A professora Lissi Bender Azambuja, por exemplo, em dissertação recentemente defendida, sustenta que *as perseguições, repreensões, apreensões, detenções, humilhações, difamações a que os teuto-brasileiros desta região foram submetidos, produziram um esvaziamento do cultivo da língua e das atividades culturais, antes intensamente presentes no cotidiano.*¹⁰⁸ Esses traumas nunca teriam sido totalmente superados e teriam levado a uma rejeição a tudo quanto tivesse relação com a cultura alemã.

Entende-se que as ações violentas e repressivas ocorridas durante a campanha de nacionalização contra os que faziam uso do idioma alemão foram inócuas, e em nada contribuíram para integrar os brasileiros das várias origens étnicas. Ao fazer-se tal afirmação, não se está tentando minimizar os efeitos que decorreram dessa campanha. Que a nacionalização forçada, levada a cabo por um regime discricionário, deixou marcas profundas em algumas comunidades de origem germânica, não há dúvidas. Essas seqüelas, aliás, precisam ser apreendidas e dissecadas. Há, porém, mais elementos na parte submersa desse *iceberg* para serem averiguadas.

Acredita-se que, das medidas de nacionalização postas em prática em Santa Cruz, ao menos duas redundaram em efetivo benefício à população local. Uma delas foi o ensino que, por essa época, em boa parte, tornou-se público e gratuito. Em decorrência, desonerou o bolso de muitas das famílias que, até então, às suas expensas, tinham que sustentar o funcionamento das escolas. As camadas médias urbanas e as famílias mais abastadas do meio rural, vislumbrando a oportunidade de ascensão econômica e social, já colocavam seus filhos em escolas bilíngües, pois estavam cientes que o aprendizado da língua nacional era imprescindível. Ainda que tenha provocado alguns eventuais conflitos, tratou-se de uma medida democratizante, pois permitiu mesmo aos mais pobres o acesso aos bancos escolares.

A segunda medida que beneficiou a população local foi a instalação do quartel. O fato de a cidade sediar um Batalhão do exército foi bastante festejado. Além de injetar recursos no município, os jovens da região não mais precisariam ser deslocados para o centro ou fronteira do Estado, para lá prestarem o serviço militar obrigatório.

O desenvolvimento das atividades econômicas, a melhoria dos meios de transporte e o aperfeiçoamento dos meios de comunicação inevitavelmente trataram de executar a tarefa que a campanha de nacionalização, de forma antidemocrática, tentou realizar. O aumento da produção e das trocas comerciais automaticamente forçou um maior intercâmbio entre as populações de diferentes procedências ou origens étnicas. A melhoria dos meios de transporte reduziu as distâncias, contribuindo sobremaneira para retirar do isolamento geográfico e social os moradores das áreas coloniais. Por fim, o desenvolvimento dos meios de comunicação, sobretudo do rádio e depois da televisão, culminaria por levar o idioma português a todos os recantos do país.

Além desses fatores, há de se considerar dois outros, que igualmente influíram para a não-preservação do *Deutschtum*. O primeiro diz respeito à decepção que os germanistas mais radicais devem ter sentido quando da derrota do nazi-fascismo. Com a divulgação dos crimes contra a humanidade cometidos pelo regime implantado por Hitler, muitos certamente tiveram vergonha de um dia terem simpatizado com o nazismo. O segundo, diz respeito a uma mudança de comportamento por parte da Alemanha. Dividida, a nação tornou-se um dos pivôs centrais da Guerra Fria. A Alemanha Ocidental transformou-se em uma nação democrática no contexto da ordem capitalista, alinhando-se incondicionalmente com os Estados Unidos. Passou, conseqüentemente, a não mais nutrir interesse pelos descendentes de alemães e pela preservação da germanidade.

A língua alemã, não obstante a repressão ocorrida, continuou a ser transmitida oralmente nos lares de Santa Cruz, principalmente nos da zona rural. Os jovens, apesar de saberem comunicar-se no dialeto, não manifestaram grande interesse no domínio da escrita. Com o suceder de gerações, a língua falada foi empobrecendo-se sensivelmente. Cada vez mais um maior número de vocábulos portugueses foi sendo agregado ao alemão falado. Não havendo a leitura, o número de palavras alemãs usadas na conversação se reduziu a algumas centenas ou mesmo dezenas de vocábulos. O domínio do idioma alemão tornou-se sem sentido para a maior parte da população local. Sem

¹⁰⁸ AZAMBUJA, Lissi Bender. *Língua alemã: um legado dos imigrantes alemães para Santa Cruz do Sul – RS*. Santa Cruz do Sul: Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de

sentido, em um mundo em constante transformação, também se tornaram alguns rituais medievais cultuados pelos ulanos e sociedades de lanceiros. Se somente a proibição de uma língua justificasse o seu desaparecimento, há muito que os bascos teriam deixado de lado o *euskera*.